
065ª SESSÃO ORDINÁRIA 09JUL2018**(Texto com revisão.)****PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Passamos à**TRIBUNA POPULAR**

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Movimento Viva Gasômetro, que tratará de assunto relativo à efetiva criação do Corredor Parque Gasômetro. A Sra. Jacqueline Sanchotene, coordenadora, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SRA. JACQUELINE SANCHOTENE: Boa tarde, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores e público em geral; comemorando as melhorias conquistadas para a praça Júlio Mesquita e a Orla do Gasômetro, vimos mais uma vez à Câmara Municipal de Porto Alegre para agradecer e buscar a parceria desta Casa em ações que acreditamos sejam importantes para os habitantes e visitantes de nossa Cidade. Queremos agradecer especialmente ao sempre Prefeito José Fortunati e ao Prefeito Municipal Nelson Marchezan Júnior a obra da orla, denominada, por sugestão desta Casa, como Orla Moacyr Scliar.

Apresentamos, a seguir, o conjunto de ações que acreditamos tornarão nossa Porto Alegre, especialmente o Centro e o Gasômetro, um lugar ainda mais agradável. Algumas dessas ações podem ser executadas com poucos recursos ou com parcerias, outras são executáveis a médio e a longo prazos e exigem recursos. O Viva Gasômetro está à disposição para auxiliar nessas conquistas, que são as seguintes: Corredor Parque Gasômetro, que está no Plano Diretor, art. 154, inc. XXI. Em novembro de 2009, os Vereadores de Porto Alegre votaram a reformulação do Plano Diretor de Porto Alegre. Aprovaram, por unanimidade, a emenda proposta pelo Viva Gasômetro que criava um parque no Gasômetro. Em 22 de julho de 2010, o então Prefeito Municipal José Fortunati sanciona a emenda que cria o Corredor Parque Gasômetro. Em 30 de abril de 2014, é aprovado, por unanimidade, na Câmara Municipal, área especificada para o Corredor Parque Gasômetro. Em 2 de maio de 2014, o Prefeito Municipal José Fortunati sanciona a emenda que determina a área conquistada pelo Corredor Parque Gasômetro, que já está

no Plano Diretor da Cidade. Nossa luta agora é para que ele seja efetivamente criado. Na prática, a execução do Corredor Parque Gasômetro já se iniciou, pois o projeto Orla reformulou a praça Júlio Mesquita. Quando iniciamos nossa luta pelo Parque, pensávamos em um aterramento de via frente à usina, na Av. Pres. João Goulart, bem como no seu entorno, criando assim uma interlocução da Orla com o Centro, formando uma grande explanada, ideia essa não esquecida por nós. Fazem parte da área conquistada para o Corredor Parque Gasômetro as praças Júlio Mesquita e Brigadeiro Sampaio. Na praça Júlio Mesquita, está localizada a antiga Usina de Gás de Hidrogênio Carbonado, frente a esta Casa, fundada em 1874, a primeira usina a fornecer gás para iluminação pública e abastecimento de fogões. Hoje está em ruínas, foi tombada pelo IPHAE. Ela poderá ter uso cultural, tal como o Museu de Etnias ou o Museu de Antropologia do RS e outros. Na aérea do Parque, também se encontra a estrutura do aeromóvel, que poderá ser convertida em um parque aéreo, tipo o High Line Park, o jardim suspenso de Nova York.

Ainda quanto à efetiva criação do Corredor Parque Gasômetro, temos a praça Brigadeiro Sampaio, que é um sítio arqueológico, contando, na sua área, com um importante museu da Cidade, o Museu do Trabalho. Essa praça necessita urgente de atenção.

A segunda emenda ao Plano Diretor é quanto ao Largo Cultural do Gasômetro. Também está no Plano Diretor, no art. 154, inc. XIII, que diz o seguinte: “12 meses contados da data de vigência desta lei complementar para instituição do Largo Cultural do Gasômetro”. Essa lei complementar não foi criada. Acreditamos que executar essa conquista melhorará e muito o nosso entorno. Almejamos que na lei especificada seja previsto o aumento das calçadas da Rua Gen. Salustiano, o enterramento dos fios, bem como o restauro de seis fachadas das casas das duas quadras que compõem a rua Gen. Salustiano. Fomos informados de que na SMOV existe verba para enterramento dos fios. Terceiro apontamento nosso: é o casarão na esquina das ruas Gen. Salustiano com Riachuelo. O imóvel, mal-habitado, pertenceu à Maria Vilma, provavelmente já falecida. O casarão tem início na Rua General Salustiano a partir do nº 284 até o nº 211 da Rua Riachuelo. Existem processos movidos pela Prefeitura contra a proprietária, pois a dívida do IPTU é imensa. Nossa sugestão é que esse casarão seja aproveitado pela Prefeitura, ele poderá ter diversos usos. O mais aconselhável acreditamos que possa ser um centro de informações, já que o projeto Orla está a pleno vapor. Pelas últimas notícias que

temos, o projeto Cais Mauá está sendo reformulado, e em breve deveremos ter, pelo menos, os galpões recuperados.

Nossa quarta sugestão e apontamento de preocupação: a futura sede da OSPA ao lado desta Casa. A obra está paralisada, com um apontamento de que vai ser criado um anfiteatro. No momento, o que nos preocupa são os moradores que ali estão habitando. Nós gostaríamos que a assistência social se ocupasse dessas pessoas.

Nosso quinto apontamento é quanto ao Bonde Histórico. Sugerimos que ganhe monta a questão histórica em nossa região, pois foi no Gasômetro que nossa Cidade nasceu. Sugerimos que seja dada atenção ao projeto do Bonde Histórico, com o trajeto tendo saída do antigo abrigo de bondes, ao lado do Largo Glênio Peres, seguindo pela Sete de Setembro, com retorno ao ponto de partida pela Duque de Caxias e Vigário José Inácio.

Nosso sexto apontamento é a escadaria da João Manoel. O Centro sempre sofreu por ter uma parte situada em uma área alta. Até o início do século XX, existiam diversas ruas para interligar a parte elevada da região central com a mais baixa, mas, devido a problemas estruturais, essas vias viravam becos fétidos. Um dos becos que mais trazia problemas de saneamento era o da João Manoel, que liga a Duque de Caxias com a Fernando Machado. É notório que o projeto original servia como uma espécie de mirante, de onde se podia admirar o Guaíba, mas, com o passar do tempo, os prédios e o crescimento desregulado da vegetação ocuparam a área. Com isso também veio sua depredação, tornando o local, até de certa forma, ermo, usado constantemente para necessidades fisiológicas de transeuntes.

Nosso sétimo apontamento é quanto ao viaduto Otávio Rocha. Monumento de Porto Alegre, com somente uma construção similar no mundo, necessitando urgentemente de restauro e que os moradores de rua hoje ali alojados tenham também atendimento por parte do serviço social.

Nosso oitavo apontamento: projeto Cais Mauá. Sabemos que o projeto Cais Mauá é de coordenação e ingerência do Governo do Rio Grande do Sul, mas acreditamos que o Legislativo e o Executivo Municipais possam ter grande peso na execução dessa obra. As últimas notícias dão conta de que a estrutura prevista para um *shopping* vizinho ao Gasômetro está sendo reformulada, ganhando contornos ecológicos. Além dessa questão, em princípio, em 16 meses, os galpões históricos que compõem o Cais Mauá estarão restaurados.

Essas são nossas sugestões, esses são nossos apontamentos. Estamos prontos para conversar com as Sras. Vereadoras e com os Srs. Vereadores e, dentro de nossas modestas possibilidades, auxiliar no que for preciso. Um abraço fraterno a todos. Era isso. (Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Convido a Sra. Jacqueline Sanchotene a fazer parte da Mesa.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Eu falo em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores – nosso Líder, Ver. Oliboni; Ver. Sgarbossa e Ver.^a Sofia. Digo à nossa visitante, Jacqueline, que são muito importantes as colocações feitas. Nós temos que nos somar e tentar resolver coletivamente, e é bom que estejam aqui alguns membros do Governo, inclusive o Secretário Bruno Vanuzzi, das parcerias público-privadas. Já foi levantada, certa feita, a questão do viaduto Otávio Rocha. Sobre a questão das parcerias público-privadas há algumas polêmicas, mas, pessoalmente, eu acho que, para o viaduto, poderia ser uma alternativa. Acho que a questão da João Manoel, que tem um projeto... Pena que o Mauro Zacher não esteja aqui neste momento, sei que a secretaria, na época dele, apresentou um projeto sobre a João Manoel. Acho que temos que ter soluções sim. Sobre a questão do casario que você mencionou há pouco, a Prefeitura tem uma comissão de arrecadação de imóveis que não pagam tributos, coordenada pela Cristiane Nery, que já foi Procuradora-Geral do Município. Acho que nós podemos levantar isso, eu vou apontar o que você colocou para levar até ela, eu acho que é possível, está dentro das normas que a Prefeitura tem mostrado. A questão do Cais Mauá, o grande problema que a vizinhança está se queixando neste momento é que está sendo liberado nas quintas, sextas e sábados para festas, o que está infernizando toda a Cidade, está totalmente fora de qualquer controle. Aqui eu falo para o Líder do Governo, o Moisés Barboza está nos ouvindo, exatamente para a gente tomar providências, porque não dá mais, a Cidade, aquela ponta da Cidade reclama.

Quanto à questão de enterrar os fios, já tem uma discussão antiga. Tem uma parte da Riachuelo que tem fiação enterrada, então, é possível. Acho que temos que nos unir, como tem várias ações já feitas – estou vendo que o meu colega Tarciso Flecha Negra

vai falar em seguida – como, por exemplo, na parte histórica da nossa Rua da Praia, na qual, inclusive, o Vereador está tremendamente envolvido, como também eu e outros tantos moradores do Centro Histórico. Vida longa ao Viva Gasômetro, continuem nessa batalha e que a nossa praça Júlio Mesquita continue sendo bem cuidada, assim como a Orla Moacyr Scliar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR TARCISO FLECHA NEGRA (PSD): Obrigado, Presidente. Quero cumprimentar e parabenizar a Jacqueline, que é uma lutadora pelo Gasômetro. Eu sempre falava que estávamos de costas para o Guaíba e o Gasômetro. Hoje não, hoje estamos olhando para o Guaíba e para o Gasômetro. O Movimento Viva Gasômetro foi criado por moradores que estavam insatisfeitos com o descaso do Poder Público e da população em relação à área central de Porto Alegre, a Capital do Rio Grande do Sul. Essa região do Gasômetro tem que ser reconhecida como uma referência ecológica, de cultura e saúde da Capital. Quero desejar vida longa ao Gasômetro. Jacqueline, eu não vou entrar em detalhes, mas são tantas coisinhas para esse nosso Porto Alegre, são detalhes pequenos para esse Porto Alegre, que nós já amamos e adoramos, virar um cartão-postal. Assim como disse o Adeli, nós temos a Rua da Praia, que vai lá no Gasômetro, nós temos a Mauá, que sai no Gasômetro. Eu penso que são pequenos detalhes para que tenhamos uma Cidade linda, onde as pessoas venham bater fotos e mandar as suas fotos para outros países. Nós vamos a outros países, batemos fotos e achamos lindo, mas a nossa Cidade tem isso tudo que vemos na Europa. Hoje, olhando o Guaíba, ele ainda não está como nós queremos, mas já é um Guaíba que todo mundo admira. Domingo passado, eu estive lá, tinha 50 mil pessoas, até tirei foto, eu não sou de tirar foto. É isso que queremos para a nossa Porto Alegre. E tu és uma lutadora pelo Viva Gasômetro, conta sempre com este Vereador, que a gente estará junto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Presidente Mônica, eu quero cumprimentar a Jacqueline Sanchotene em nome da bancada do PSOL – em meu nome, no do Roberto Robaina, no do Prof. Alex – por toda a luta que fizemos junto em muitas oportunidades. Quando a gente chega hoje na praça Júlio Mesquita e vê que linda ela ficou revitalizada e devolvida à Cidade, eu sempre me lembro das passagens de defesa do nosso pessoal do Centro Histórico, que foi às ruas para defender aquela praça, porque infelizmente, no pacote original, ela teria virado um estacionamento. Quando a gente vê a praça revitalizada, com a cidadania usando, com peças de teatro à noite, enfim, com essa vida noturna e com essa vida cotidiana do Centro Histórico, acho que é motivo de orgulho e, ao mesmo tempo, de reconhecimento de como a luta vale a pena: quando a gente se mobiliza, a gente consegue mudar as coisas. O Movimento Viva Gasômetro também estava nessa batalha, assim como na alteração do Plano Diretor, que foi resgatado pela Jacqueline na sua fala inicial. Também temos a necessidade de revitalizar a praça Brigadeiro Sampaio, que é uma praça muito bacana. Tem ali o Museu do Trabalho, tem toda uma identidade histórica, tem o Tambor, que tem um simbolismo para o movimento negro, para a história do nosso Centro Histórico, que precisa ser valorizada como ponto turístico. Não houve o rebaixamento, o que permitiria o parque e a ideia integrada do Gasômetro ter mais lógica viária para facilitar o uso da população. Quero te cumprimentar, fazer o resgate dessa trajetória, reconhecer essa luta necessária. Nós, do PSOL, defendemos as nossas praças, o nosso Gasômetro e esses pontos da nossa Cidade com tanta história que merecem ser preservados, revitalizados e, sobretudo, devolvidos à cidadania.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver.^a Mônica Leal, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais Vereadores e Vereadoras; público que nos assiste nas galerias,

pela TVCâmara, senhoras e senhores; muito especialmente a Jacque, me permito te chamar assim, Jacqueline Sanchotene, que volta e meia traz para a agenda positiva da Cidade essa pauta tão importante, que diz respeito a uma parte do Centro Histórico que merece toda atenção e carinho desta Câmara. Queria te cumprimentar pelo teu trabalho, há muitos anos vens batalhando por esse gravame do Corredor Parque Gasômetro, por esse trabalho que tu vens desempenhando, representando aquela coletividade. Eu estive na tua casa tomando um cafezinho, conheço bem aquela redondeza. Para a reintegração e a valorização da orla, especialmente do Gasômetro até as cuias, houve um investimento significativo e importante. É sempre relevante que a gente possa ter o Movimento Viva Gasômetro presente com as pautas e as principais demandas, para que a gente possa aprimorar aquele espaço urbano de uso coletivo. Centenas de pessoas ocupam as praças, os arredores especialmente nos finais de semana. Quero te cumprimentar por esse trabalho. Vida longa ao Viva Gasômetro, ficam aqui também os cumprimentos da bancada do PDT. Um abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Eu quero cumprimentar a Jacqueline e o Movimento Viva Gasômetro. A gente fica muito contente com que um movimento comunitário, social e cultural se mantenha por tanto tempo ativo, cuidando do seu entorno, acho que a Cidade precisa disso em todo lugar. Tu sabes que nós somos admiradoras, lutamos em vários momentos juntas, com algumas visões diferentes, quiçá, mas apoiamos esta presente e permanente militância, e esta troca com o Poder Público e com a sociedade, que vocês fazem muito bem.

Junto com a tua reflexão sobre as questões a cuidar, a realizar, quero chamar atenção que nós temos uma situação gravíssima, que é a situação rua. Eu sei que ali naquele ponto, assim como em todo o Centro... Então o empenho do Viva Gasômetro para que nós tenhamos um programa, de fato, por inteiro, para trabalhar a situação rua, porque não são ações isoladas, não vai ser uma ação de saúde ou um aluguel que vai resolver um problema tão complexo. Nós temos uma ocupação de moradores de rua ali na área que

vai ser o futuro Parque Gasômetro. Queremos que se construam com eles cidadania e alternativas adequadas. Outro tema que eu chamo atenção – a gente apoiando as pautas, e nos colocando à disposição – é para a necessidade da gente rediscutir o tema do Cais Mauá mais uma vez. Nós não sabemos ainda o que vai acontecer com o A7, é o último dos pavilhões; para nós, aquele pavilhão tem que ser preservado. Eu sei que estão acontecendo atividades lá, que a permissionária está alugando, e estão acontecendo festas, ou seja, ele é adequado para atividades na beira do rio Guaíba. Quem sabe para atividades importantes propostas pela comunidade do entorno do Gasômetro, com o menor impacto possível ao Gasômetro? Eu gostaria que pudéssemos estar aliadas nessa luta, como queríamos o rebaixamento da via, porque não teríamos tantos problemas. A gente passa ali, é uma confusão de carros com pessoas, como a gente já imaginava que ia acontecer. O rebaixamento teria viabilizado um parque único, integrado. Não devemos abandonar esse sonho e não podemos permitir um *shopping* trazendo mais pessoas para compras e não para fruição do verde, da praça, da beira do rio, do pôr do sol, pois essa é a vocação mais importante daquele canto, que é um canto muito precioso para toda a Cidade. Parabéns pela militância, Jacqueline, do Viva Gasômetro! Contem conosco!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Jacqueline, eu, como ex-Secretária da Cultura do Rio Grande do Sul, sempre que te escuto ou vejo teu trabalho fico muito feliz, porque a cultura, a história nada mais são do que a memória de um povo. Eu lembro muito bem quando estiveste na Câmara Municipal em novembro de 2017 e utilizaste a tribuna justamente para agradecer ao Legislativo e ao Executivo a aprovação e a sanção da emenda ao projeto do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, que estabelece a criação do Parque do Gasômetro, do Largo Cultural Gasômetro. Agora, mais uma vez, estás aqui para nos pedir ajuda. Podes contar conosco, pelo menos, de minha parte, creio que da minha bancada também, na medida em que todos nós desta Casa, independente de siglas partidárias e ideologias políticas, sabemos da importância da tua luta. Como falou o Ver. Adeli Sell, neste momento, nós temos que nos unir para te ajudar. Conta com o meu trabalho, faço questão de resgatar todo o aspecto histórico do local onde nasceu a nossa Cidade.

A Sra. Jacqueline Sanchotene está com a palavra para as suas considerações finais.

SRA. JACQUELINE SANCHOTENE: Quero agradecer à Câmara Municipal, a todos os Vereadores, à Mesa Diretora, especialmente aos Vereadores que se manifestaram. O nosso movimento é apartidário, é político na medida em que nós nos manifestamos, nos posicionamos. Ele tem componentes, integrantes dos mais diversos matizes políticos, e nós estamos prontos para sugerir ações e participar de ações para as quais o Executivo Municipal deseje a nossa parceria. Nós gostaríamos de dar uma contribuição, mas a gente veio aqui hoje para agradecer e fazer esses oito apontamentos, que consideramos muito importantes. Muito obrigada a todos vocês.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Sra. Jacqueline. Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Paulo Brum está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) (Desiste.)

O Ver. Prof. Alex Fraga com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, público que nos assiste pela TVCâmara, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Ver.^a Mônica Leal, que preside os nossos trabalhos nesta tarde; eu gostaria de abrir este período de Grande Expediente para comunicar e aprofundar o debate sobre algo extremamente desagradável que aconteceu na semana passada. Eu comuniquei à Presidente da minha Comissão, a CEDECONDH, Ver.^a Comandante Nádia, que, na terça-feira passada, não poderia acompanhar os trabalhos, pois eu havia encaminhado uma solicitação para a CECE, em conjunto com um encaminhamento de solicitação paralelo da Ver.^a Sofia Cavedon, para que nós pudéssemos debater as condições da educação na nossa Cidade e as políticas implementadas pelo Sr. Secretário Adriano Naves de Brito. Esse pedido de audiência, essa reunião, ela foi agendada com mais um mês de antecedência e aconteceria no dia 3 de julho, terça-feira da semana passada, por conta da agenda atribulada do Sr. Secretário. Eis que, na data da reunião, o Sr. Adriano Naves de Brito, no mesmo dia, comunica ao Presidente da CECE, Ver. Tarciso Flecha Negra, que não

compareceria à reunião. Nós aceitamos e compreendemos, quando a justificativa é um problema pessoal, de saúde, quando há o adoecimento, por exemplo, de algum familiar, nós compreendemos. Agora, a justificativa apresentada por este senhor é inaceitável por conta da indignação que eu tenho aqui, já que todos os Vereadores e Vereadoras desta Casa Legislativa, além das suas atribuições legais, da sua responsabilidade de criar regramento legal para o nosso Município, também são responsáveis por efetuar o controle e fiscalização dos atos do Executivo desta Cidade, e é isso o que nós estamos tentando fazer. Vereadores de diferentes partidos, diferentes áreas, diferentes ideologias fazendo análise dos diferentes setores e políticas públicas desta Cidade, prestando seu trabalho, para que a nossa Cidade possa voltar a nos orgulhar, coisa que não acontece já faz um bom tempo.

Gostaria de esclarecer, Ver.^a Mônica Leal, que, antes de procurar a CECE, eu havia recorrido à Mesa Diretora, pedindo para esta Casa Legislativa uma audiência pública, para que nós pudéssemos debater alguns dados levantados por este Vereador e sua equipe a respeito do relatório de março e abril deste ano sobre as condições das nossas escolas e o trabalho prestado às nossas crianças. A Mesa Diretora falou que iria remeter a solicitação à CECE, Ver. Cassiá Carpes, e esse pedido chegou até as mãos do Presidente Tarciso Flecha Negra. A sua equipe, então, tratou de pedir agenda com o Secretário, e a agenda foi aberta para o nosso encontro da terça-feira da semana passada. Para o nosso lamento, chegou uma comunicação que eu vou ler agora: “Sr. Presidente, dirijo-me a Vossa Excelência a fim de lhe comunicar que não comparecerei à reunião da CECE no dia de hoje, pelas razões que exponho a seguir. Quando de sua visita ao meu gabinete há mais de um mês, fui convidado por Vossa Excelência para participar da reunião ordinária da CECE para tratar de dois assuntos: das vagas para educação infantil e das condições físicas das escolas municipais [justamente um dos pontos que eu destaco no meu relatório, as péssimas condições das nossas escolas]. Ocorre que, transcorrido esse tempo, a pauta da reunião para a qual fui convidado foi alterada. Conforme divulgado em convites emitidos por mídias sociais pelos Vers. Alex Fraga e Sofia Cavedon, a reunião deveria tratar agora da mudança da rotina escolar e suas consequências pedagógicas, como também do relatório do Ver. Alex Fraga. Além disso, a reunião aparentemente converteu-se numa grande audiência pública, dirigida pelo Ver. Alex Fraga, que, a propósito, não é membro dessa Comissão. Aguardo novo

convite dessa CECE para uma conversa entre mim e seus membros, vez que permaneço à disposição dos seus ilustres Vereadores para tratar dos assuntos da educação”. Eu gostaria de saber dos Vereadores que já têm maior experiência do que eu nesta Casa Legislativa, se um Vereador não pode, Ver. André Carús, demandar reuniões sobre assuntos diversos desta Cidade em Comissões que não são as suas. Eu cito o Ver. André Carús, que, frequentemente, solicita e encaminha pautas a nossa Comissão, a CEDECONDH, e nós temos orgulho de proporcionar tais debates. Eu não compreendo por que o medo, o receio do Secretário Adriano Naves de Brito em participar de uma reunião em que eu esteja presente, e se negar a fazê-lo dispondo-se a encontrar, única e exclusivamente, os componentes da CECE. Qual é o problema desse Secretário? Eu não vejo por que um Vereador que não compõe uma Comissão não possa participar de reuniões de Comissão que não é a sua. Afinal, todos nós somos integrantes desta Casa Legislativa, todos nós temos atribuição constitucional de zelar pela prestação dos serviços públicos em Porto Alegre, todos nós temos mandato conferido pelo povo de Porto Alegre para a sua representação aqui nestas 36 cadeiras, que representam uma parcela significativa do povo desta Cidade. O Secretário Adriano Naves de Brito governa para quem? Ele agora tem o direito de dar explicações a estes ou àqueles Vereadores? Ele pode escolher qual o matiz ideológico ao qual ele vai prestar os seus esclarecimentos? Eu não tenho essas respostas e gostaria que o Ver. Adeli Sell, que tem mais larga experiência do que este Vereador que aqui fala, pudesse colaborar neste nosso debate de hoje. Por favor, Ver. Adeli.

Vereador Adeli Sell (PT): Na verdade, obrigadíssimo, Ver. Alex Fraga, professor, desrespeitado por um Secretário. Quem é esse Secretário, que se acha acima da sua função? A sua função é cuidar de escolas, é cuidar de crianças, é cuidar de educandos, dialogar com a Casa do Povo. Ademais, o senhor é um professor da rede municipal. A gente já ouviu coisas deste Secretário – deste Secretário! –, e não são coisas muito boas não. Quando o Secretário esteve aqui pela primeira vez, generosamente abrimos um debate. Fomos ao encontro dele para debater, mas nós vimos que tem muito jogo de cena, e comigo – comigo! –, pode ser com qualquer outro, mas comigo, não tem jogo de cena, Ver.^a Mônica, temos que falar sério e objetivamente. Nós estamos aqui para ajudar a educação do Município. Agora, molecagem não! Molecagem não! É o único nome que

eu posso dar para essa postura. Se o Secretário não concordar, que venha para o debate, se pode ter divergências. Nós estamos aqui, inclusive, com a presença de um Secretário, com quem eu dialogo tremendamente, vou fazer justiça aqui: Bruno Vanuzzi. Nós já terçamos armas nas ideias, e acho que é assim que a Cidade cresce. Agora, isso que o Secretário fez com V. Exa. só tem um nome: molecagem.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ver. Adeli Sell.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Prof. Alex, eu já falei na própria reunião da CECE e vou repetir para os Vereadores que não prestaram atenção: o Secretário se negou a ir depois de superagendada, com presença de Conselho de Educação, Conselho do Fundeb, Conselheiros Tutelares, Tribunal de Contas! E ele manda uma carta questionando que o Prof. Alex não é da Comissão? Mas o que é isso?

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): E não envia sequer representante!

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Isso! Sequer representante. Mas quem é o Secretário para questionar que um Vereador participe de qualquer Comissão desta Casa? Isso é um desrespeito absoluto com este Legislativo, e, na hora, eu já protestei, Prof. Alex. O pior de tudo foram as questões seriíssimas levantadas lá, que não têm resposta para esta Cidade, como a alimentação das crianças pequenas, bebês, Ver.^a Mônica, Berçário I, que são alimentadas somente quatro vezes ao dia – o dia inteiro! –, e a diretora pede para os pais buscarem cedo, para as crianças não irem para casa varadas de fome. Onde se viu uma mãe deixar sua criança, seu bebê na escola e ficar preocupada no trabalho com ter que ir buscar, porque a última alimentação é às três e meia da tarde, Prof. Alex? Escolas infantis nossas, próprias: as crianças pequenas estão passando fome em Porto Alegre por uma política equivocada do Secretário Adriano e do Prefeito Marchezan.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon, pela consideração. Eu gostaria de tecer mais alguns comentários. Depois de publicado e divulgado o nosso relatório, nós fizemos alguns Pedidos de Providências para a

Secretaria de Educação. Dentro desses Pedidos de Providências, eu li um na reunião em que o Secretário Adriano Naves de Brito não quis comparecer... E eu já adianto para o Secretário: Secretário Adriano Naves de Brito, o senhor não precisa ter medo de comparecer a este Legislativo, o senhor não precisa ter medo do Vereador que aqui fala. Basta fazer o seu trabalho com competência, coisa que não tem feito até agora. Se o senhor fizesse o seu trabalho com zelo, com responsabilidade e com competência, o senhor não precisaria estar ouvindo o que não gosta, o que lhe desagrade, que são justamente questões que colocam em xeque a forma como tem lidado com a educação em nossa Cidade. Os Pedidos de Providências são extremamente sérios, como a questão elétrica das nossas escolas. Algumas caixas elétricas e sistemas de fiação estão condenados, inclusive, pela própria equipe que cuida desses assuntos dentro da SMED, e a maioria das respostas parece que vem pré-fabricada do Executivo: “Estamos aguardando o financiamento do BID; tudo isso está dentro do nosso projeto. Quando for aprovado o financiamento do BID, nós vamos colocar em prática”. BID, BID, BID. Se ocorrer um incêndio em uma escola e crianças morrerem, vamos lamentar a não chegada da verba do BID? É esse tipo de atitude irresponsável que marca a gestão da educação em nossa Cidade.

Os dados que nós levantamos são dados graves. Gostaríamos de ter um momento para debater com o Secretário, olhando olho no olho, para que ele pudesse justificar a ausência de preocupação e a irresponsabilidade com que conduz o trabalho da sua pasta. Mas, infelizmente, o Secretário parece que quer fugir do debate. Uma gestão que disse, em campanha eleitoral, que prezaria pela transparência não parece muito transparente; parece, inclusive, que faz justamente o movimento contrário, para colocar a sujeira para baixo do tapete, empurrar os problemas com a barriga e colocar em risco a saúde e a vida das nossas crianças. Não aceitamos isso, não aceitamos o menosprezo com relação às nossas atribuições legais. Nós somos Vereadores, todos os 36 que compõem esta Casa Legislativa. Eu não aceito e não admito que os votos que me colocaram aqui dentro deste Parlamento sejam menosprezados pelo Secretário de Educação, que não conhece a Cidade, que nunca pisou, antes de assumir a pasta, em uma escola da rede e que propôs modificações drásticas a partir da sua ignorância e despreparo. Portanto, Secretário, eu estou completamente à disposição para fazer quaisquer debates acerca desse assunto, porque é um assunto que eu conheço. As escolas do Município eu visito, eu frequento, eu

conheço os colegas que estão lá, o público-alvo ao qual nós prestamos esse serviço, mas, infelizmente, o senhor não conhece e faz questão de ignorar. Isso é inaceitável, essa irresponsabilidade e desdém não são aceitáveis para uma Porto Alegre que já foi referência nacional em termos de educação. Eu agradeço a adjetivação que o Ver. Adeli Sell fez: “molecagem” talvez seja um adjetivo modesto pelo sentimento que tenho no meu peito e que me impede, a partir da boa educação que recebi dos meus pais, proferir em público. Um grande abraço, e sigamos o nosso trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde a todos, aos nossos colegas, a quem nos acompanha, Presidente Mônica; estamos aí na discussão, queremos debater o resto das emendas que tem no projeto que está em pauta, o das parcerias público-privadas. Queria dividir com os colegas, rapidamente, a utilização do painel.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Para os leigos que estão acompanhando, não para os colegas Vereadores que sabem, as parcerias público-privadas são contratos administrativos de concessão entre o Poder Público e uma empresa privada, para prestação de um determinado serviço, que pode envolver construção, operação, manutenção, realização de investimentos. O objetivo das PPPs é melhorar a qualidade do serviço prestado à população. O que não é PPP? Porque, neste ano eleitoral, a gente vê um revezamento, inclusive, de Vereadores, obviamente de oposição, para falar sobre a venda de autarquias. Parceria público-privada não é venda. Quando falam venda do DMAE, ninguém está vendendo o DMAE! Repito para quem está nos acompanhando: parceria público-privada não é privatização. Ou seja, privatização é uma coisa muito distinta de parceria público-privada. As PPPs não são novidades no mundo, nem no Brasil. A gente tem, em Roosevelt, lá em 1932, 1940, as primeiras experiências positivas, que ajudaram aquele país, após a Grande Depressão, a passar pelos momentos de

dificuldade. Desde então, as PPPs têm sido usadas com sucesso em muitos países de regimes econômicos diversos. Queria que vocês vissem essas notícias que foram retiradas da internet: “Ford ingressa em parceria público-privada nos EUA para mobilidade urbana”. Aqui a gente vê um congresso nacional do partido comunista da China, cujo título é “China anuncia novos projetos de demonstração de PPP”. “PPPs ajudaram os principais metrô do mundo a crescer”. No Brasil, diferentes partidos já recorreram aos recursos das PPPs para melhorar os serviços públicos, a gente vai ver. A ex-Presidente Dilma defendeu as PPPs para criar emprego, está lá no *site* do Valor Econômico. A gente tem também: “Lula consegue aprovação da PPP no Congresso”. A gente tem a data, o dia que o Lula fez um pedido ao Presidente da Câmara João Paulo Cunha para que o projeto das PPPs fosse aprovado ainda em 2004. A Dilma novamente defendeu a simplificação de concessão de obras. E olhem que interessante, Ver. Ricardo Gomes, Vereadores, colegas, olhem o que a Presidente Dilma disse em agosto...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): É, o que a ex-Presidente Dilma disse no dia 11 de agosto de 2014. Abre aspas: “Em vários casos a PPP é fundamental. Já vi várias dando certo na área de saneamento”. Na área de saneamento, parceria público-privada! Disse para a RBS em 14 de agosto de 2014. Temos outra notícia de São Paulo, temos também o Haddad, que retomou as PPPs, gerando sete bilhões na luz; o nosso Governador Sartori também lutando pelas PPPs; o Mantega recebeu do Tarso Genro contribuições para PPPs.

Subi aqui apenas para dividir com as senhoras e com os senhores que PPP não é privatização, e que nós estamos sendo ajudados pela secretaria, hoje, de parcerias público-privadas. Quem quiser tirar dúvidas sobre esse importante projeto, é importante para a Cidade. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sra. Presidente e colegas Vereadores, quero fazer eco ao discurso do Líder do Governo, meu amigo Ver. Moisés Barboza: não dá para se pensar num Estado Leviatã, numa entidade onipotente e divina capaz de resolver os mínimos detalhes da vida do cidadão. Isso não faz nenhum sentido. Nós temos que colocar Porto Alegre no século XXI, Ver. Adeli Sell. Sabemos que muitas atividades que são exercidas pelo estado, o estado pode fazer aplicando o princípio de subsidiariedade, que é um dos princípios mais claros, mais importantes do humanismo social cristão. Ele diz que o estado tem que ter o tamanho necessário, e quem determina o tamanho do estado é a sociedade. Quanto mais forte uma sociedade, menos ela precisa do estado; quanto mais fraca uma sociedade, mais ela precisa do estado. No nosso caso das PPPs, colegas Vereadores, a sociedade tem muito a contribuir com o estado.

O Ver. Moisés Barboza elencou vários exemplos e vários casos. Hoje de manhã, eu estava na Associação dos Oficiais da Brigada defendendo a importância das PPPs nos presídios não só para garantir a segurança pública, mas a dignidade dos próprios presos, que são colocados em masmorras, em depósitos, em lugares subumanos. A solução imediata para melhorarmos essa situação da população carcerária do Brasil e do Rio Grande do Sul passa pelas PPPs.

Existem sofismas no que diz respeito às PPPs, porque há quem, por questões ideológicas, não queira que a sociedade participe dessas atividades públicas que são delegadas pelo Poder Público, e, de forma desonesta, chame de privatização; de forma desonesta, acuse os governos de estarem vendendo o estado para a iniciativa privada, quando, na verdade, se delegam serviços. Vou ficar no meu exemplo das PPPs para os presídios, que significa uma economia de dois terços no custo de um preso. Significa que o preso vai ter uniforme, vai ter roupa de cama, vai ter banheiros adequados e decentes, vai ter comida, vai ter assistência médica e odontológica de qualidade, e o estado permanece com a tutela do preso. Quando a gente delega serviço de esgoto ou serviço de água, não se privatiza a água. Eu digo a vocês – já tive este debate aqui na tribuna – que não se privatiza a água, porque a água é um dom de Deus para toda a humanidade, é um bem comum da humanidade. Mas nós podemos pedir que a sociedade se encarregue de limpar os nossos esgotos, que a sociedade se encarregue de fazer a água chegar até as pessoas. Nós não podemos, Ver. Pujol – tudo indica, futuro Vice-Governador do Rio Grande do Sul –, abrir mão do protagonismo da sociedade naquilo

que não está ao alcance do estado, nós não podemos ser a vanguarda do atraso, olhar sempre para trás sem permitir que nossa Cidade avance; nossa Cidade, tão carente de serviços, tantos desafios que nós temos a enfrentar em Porto Alegre, tantos obstáculos. Uma administração pública sem recursos, que tem que matar uma manada de leões todo santo dia! Nós precisamos dessas parcerias com a sociedade, nós precisamos aplicar o princípio de subsidiariedade na nossa Cidade e entender que muitas coisas que não estão ao alcance do poder público devem e podem ser feitas pela sociedade.

Então, Ver. Moisés, eu venho aqui, em nome da bancada do PROS, demonstrar total apoio a qualquer projeto que incentive as parcerias público-privadas, porque nós temos que colocar Porto Alegre e os serviços públicos da nossa Cidade para o bem do nosso povo, finalmente, no século XXI. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica, colegas Vereadores e Vereadoras; neste 9 de julho, um dia importante da nossa história, tanto que é feriado em São Paulo, eu estou estranhando uma certa timidez, um certo freio de mão puxado em algumas bancadas que eu esperava que iriam se manifestar efusivamente hoje sobre a conjuntura política nacional e sobre o Estado Democrático de Direito. Estranho que não haja manifestações. Nós não podemos nos calar, Ver. Oliboni. Eu fiquei pasmo de ler o que um eminente desembargador disse. Ele disse que se opunha a um despacho e a uma liminar do desembargador plantonista no dia de ontem, porque os advogados do réu disseram a ele que os *habeas corpus* iriam ser feitos por ele. Não foi isso o que eu aprendi na faculdade. Na faculdade, eu aprendi que não precisa ter advogado, absolutamente ninguém, para solicitar um *habeas corpus*. Imaginem agora, quando eu fizer o exame da OAB – daqui a um ano, eu pretendo fazê-lo – e me fizerem essa pergunta. O que eu direi? Eu vou pelo que eu estou aprendendo com alguns juristas, como, por exemplo, com o Professor Aury Lopes Júnior, aqui da Pontifícia Universidade Católica, que foi taxativo, foi brilhante no seu parecer sobre o caso de ontem. Ele fala, inclusive, na piada. Todas as faculdades que eu conheço adotam o livro do Professor Aury Lopes Júnior, “O Processo Penal”. Todas!

Todas que eu saiba. Um dos livros mais vendidos de processo penal do Brasil, se não o mais vendido. Ele discorda radicalmente da posição adotada. Juiz de 1ª instância não pode questionar a decisão de instância superior, de 2ª instância. A primeira coisa que a gente aprende na faculdade de direito é a dupla jurisdição: 1ª instância, 2ª instância. Não é isso? Ontem foi quebrado isso no País. Como diz o douto Professor Lenio Streck, o desembargador poderia estar errado, poderia ter tomado uma decisão equivocada, mas, enquanto ele estava imbuído dessa função no dia de ontem, o seu colega de mesma instância, de mesmo patamar, cujo processo não estava com ele, não poderia ter tomado decisão. Estão rasgando a Constituição brasileira, aquela que Ulysses Guimarães bradava, no dia 5 de outubro de 1988, chamando de “Constituição Cidadã”. Já me disseram “não se exponha”, um colega antes disse isso para mim. Se tem uma coisa em que eu vou me expor é nesse debate. Eu sou um sujeito que se criou combatendo a ditadura militar. Fui preso, fui incurso na Lei de Segurança Nacional e não vou me calar. Eu posso até estar errado nas minhas posições políticas, eu posso até estar errado nas minhas posições de estudante de direito, mas, no que eu tiver convicção – os Vereadores me conhecem; atualmente, felizmente, estou frequentando a Comissão de Constituição de Justiça, eu tenho opinião –, eu não fico em cima do muro. Eu não fico em cima do muro! Eu tenho opinião sobre essa questão independentemente de determinados trâmites estarem certos ou errados. Sobre os trâmites, não tem dúvida. O Desembargador Favreto, de Tapejara, estudou na Universidade de Passo Fundo, também estudou na PUC, não estudou em Harvard, mas tem a certeza e a convicção de que fez a coisa certa, como fez como Procurador-Geral do Município. Se alguém quiser contestar, que venha ao debate, estou pronto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Ver.^a Mônica. Eu gostaria de saudar meus colegas Vereadores neste meu retorno, é muito bom revê-los, rever esta Casa. Para quem ainda não sabe, eu estava na Alemanha durante as duas últimas semanas participando de um curso internacional sobre políticas municipais, tendo por

base a Alemanha e outros países europeus, mas também com participantes de outros 19 países. Trazendo o tema da PPP, quem conhece um pouco mais sobre gestão pública nos países chamados de Primeiro Mundo, nos países desenvolvidos, como Alemanha, Noruega, Finlândia, Inglaterra, Itália, França, Estados Unidos, Canadá, sabe que são países onde as PPPs não são alvo de debate ideológico, mas são realidade, porque entregam serviços públicos há muitos anos. A grande discussão pública em aspectos de gestão sobre o tema é como se darão os contratos de parcerias público-privadas, em que serviços elas serão feitas, em que medidas elas serão aprofundadas, e não se elas deveriam existir ou não, porque é consenso, inclusive, na esquerda europeia, que parceria público-privada é uma política de sucesso. É um consenso, inclusive, na prática gerencial de alguns partidos de esquerda quando estão no poder, mas que agora, quando estão na oposição, confrontam essas ideias. O Ver. Moisés esqueceu de mencionar o hospital de Salvador, que, sob o comando do Prefeito do PT, Jaques Wagner, fez uma PPP de sucesso. Não só isso: quando a gente fala sobre PPP de água e esgoto, temos no Tocantins um ótimo *case* de sucesso, também feito por partidos de esquerda.

Eu tive a oportunidade de visitar cinco diferentes cidades alemãs. Sejam elas administradas por partidos conservadores, partidos de esquerda, ou partidos liberais, o que é comum a todas elas é a presença de PPPs nos serviços públicos essenciais, não porque os Municípios não tivessem condições de fazer com os seus próprios recursos, mas porque havia uma compreensão de que aquela era a melhor forma de fazer, aquela era a melhor forma de entregar melhores serviços com o melhor custo para o cidadão, e a melhor qualidade na ponta para quem mais se beneficia, que é o pagador de impostos.

Aproveito o tema do debate e esta minha fala de volta ao plenário para trazer um pouco da experiência dessas duas semanas, pouco menos de 14 dias em que estive lá. Nós não deveríamos, neste momento, estar discutindo se vamos ou não fazer PPP, se se trata de privatização ou não de serviços públicos, e acho que o Ver. Moisés foi muito claro na sua apresentação sobre o que são as PPPs. Deveríamos estar discutindo em que áreas as PPPs são mais adequadas, onde elas deveriam ser feitas e em que modelos, porque o que estou vendo, especialmente por parte do Governo, são ideias ainda bastante incipientes que, inclusive, poderão ser construídas com ajuda deste Parlamento. Mas, primeiro de tudo, nós temos que vencer o discurso ideológico de que PPP não serve à população de Porto Alegre. Sim, serve à população de Porto Alegre, e a única casta, eu

posso dizer assim, de pessoas para as quais as PPPs não sevem de maneira alguma é aquela que a ideologia subiu tão alto à cabeça que não lhe deixa espaço para a razão. O que interessa à cidade de Porto Alegre é ter um melhor serviço, e não uma bandeira partidária para levantar, uma bandeira ideológica. O Partido dos Trabalhadores, que tem vociferado muito contra as PPPs, é um dos que mais fizeram PPPs no nosso País recentemente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Boa tarde, Vereadores, Vereadoras, colegas da Câmara; ontem, João Bosco, eu passei a minha noite lá no bairro Maria Regina, não sei se tu conheces, localizado...

(Aparte antirregimental do Ver. Cassiá Carpes.)

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Não, nesse caso não tem nenhum vínculo. Pelo contrário, é o avesso dessa Regina que tu comentas. Maria Regina, seguramente, é um dos bairros de maior índice de criminalidade; inclusive ontem, quando eu estava lá, em torno de 22h, alguns colegas estavam comigo, chegaram fuzis para o tráfico – um dos locais de maior criminalidade. E eu até comentava sobre isso, vamos dizer que seja a versão mais delicada do bairro Umbu, talvez para quem conheça o bairro Umbu, em Alvorada, no final da Maria Regina. Lá o domínio do tráfico é muito grande. Infelizmente, eu fui chamado, mais uma vez, Bosco, para atender um animal de grande porte em um horário sensível. E eu volto a falar aqui, e tenho toda autoridade do mundo para falar, Ver. Márcio, da ausência completa de política pública. Seguramente, Alvorada é um exemplo de tudo o que há de pior de política pública para tudo. Mas, obviamente, para um tema que é pior para tudo em todos os locais, é pior do que pior. Então não teve nenhum bombeiro, nenhum Guarda Municipal para se apresentar, nenhum secretário, nem mesmo os Vereadores da Cidade, e muito menos, obviamente, a Prefeitura, com ausência completa – assim como em todos os Municípios. Numa situação delicadíssima em que um

cavalo tinha sido jogado em um banhado para morrer – vejam só o relato do carroceiro que o jogou: “Ele iria morrer mesmo, então a gente jogou no banhado” –, ele estava, há um dia e meio, jogado em um banhado, num local fechado por muros, e como o animal foi levado andando e largado no banhado, Ver. Márcio, esse animal... Eu não tenho como dimensionar, até porque quando eu vi que os protetores retiraram, mas vamos calcular que fosse uma quadra e meia dentro do banhado, deitado se afogando uma noite e meia. E aí a Prefeitura foi chamada, como é de praxe; os bombeiros foram chamados, Ver. Elizandro, e sabem o que aconteceu? Alguém pode adivinhar? Naturalmente ninguém foi. Como eu não tenho nenhuma dúvida em me arriscar a falar que se fosse em Viamão aconteceria o mesmo, em Canoas aconteceria o mesmo, em Gravataí, Esteio, Sapucaia, e talvez em Porto Alegre... Aqui tem a EPTC que, teoricamente, cuida dos animais de grande porte, mas eu sei muito bem, e não tenho nenhum problema de falar sobre isso, que Porto Alegre também não tem política pública para os animais. A EPTC cumpre seu papel no seu horário de trabalho, mas, seguramente, às 21h, em qualquer local, se um animal estivesse também no banhado, ela não apareceria. Eu falo isso, Ver. Márcio – e hoje nem quero publicar vídeo, estou mais para dialogar com os colegas mesmo – pelo papel que eu acabo cumprindo, que é desgastante. Tu és pré-candidato a Deputado, provavelmente, como vários aqui, e fazes a tua agenda. Eu não tenho condições de fazer minha agenda no interior. Eu estava no litoral, tinha saído às 10h, quando recebi a ligação eram 14h, tive de concluir rápido e cancelar todas as agendas para sair às 18h do litoral e poder estar com o cavalo às 21h30min, que eu sabia que ele iria morrer afogado. Nós tiramos o cavalo de lá, eu levei uma veterinária particular, ou seja, tive de pagá-la para estar lá com vitamina, caixa de soro, como é de praxe, mel, antitetânica, antibiótico, que é para tentar levantar um animal que estava com uma temperatura muito baixa, hipotermia. E, na verdade, ele acabou morrendo depois, mas eu fiquei lá, e a veterinária ficou até cerca de 2h da manhã tentando estabilizar o animal. Então, assim, eu costumo dizer o seguinte: ser Parlamentar – e eu não vou colocar esse vídeo em lugar nenhum – é fácil; talvez, fazer política de outras pautas seja muito fácil. Eu os convido a fazer política pela minha pauta, do jeito que eu faço. Seguramente, nem ganhando R\$ 100 mil, uma imensa maioria não toparia. Tenho certeza absoluta disso, que, para cumprir o papel que eu cumpro, nem ganhando R\$ 100 mil. Talvez, até aceitassem num primeiro momento, para

trabalhar uns 20 dias, mas não aguentariam a dinâmica do que é a minha vida, tocando o telefone 24 horas por dia, pela ausência completa de política pública.

Então, eu costumo dizer que não tem nenhum Município que tenha 0,1% de política pública para os animais. E quando eu subo aqui não é para fazer demagogia nem nada, é para falar a grande verdade: não há política pública nenhuma para os animais, e se eu não vou, eles morrem. E aí eu tenho agenda, não posso fazer; aí eu tenho que dormir, não posso dormir; aí eu tenho que acordar, já acordaram antes, porque me ligaram que tem um animal morrendo. Isso é ausência do quê? De completa política pública. Falta política pública para tudo? É óbvio, em todos os temas falta. Mas, seguramente, para o meu tema, gente, da maneira que eu enxergo, dificilmente, alguém toparia estar no meu lugar. Tenho convicção disso. E eu falo isso não me enaltecendo nem nada, mas para repararmos o quão difícil é lutarmos por aquilo que ninguém luta. Eu falava para os protetores de animais aqui, no sábado: gente, montar uma bancada de obra é muito fácil, uma bancada de campanha, véspera de eleições é muito fácil. Uma bancada da bola é fácil, o cara ser jogador e vir concorrer é fácil; uma bancada que trabalhe com transporte público, com lixo, é muito fácil. Agora, montar uma bancada de protetores de animais é muito difícil, porque, além de serem pobres, nós estamos lutando em cima do que as Prefeituras não enxergam, secretário não enxerga; quando é olhado, é para colocar um diretor e dizer que fazem 20 castrações por mês. É uma vergonha. É uma vergonha para o Brasil, é uma vergonha o tema dos animais, muito vergonhoso. Eu tenho constrangimento, na verdade, de viver neste País, pela forma com que enxergam seus animais.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. José Freitas assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente, Ver. José Freitas; Vereadores, Vereadoras, pessoas que nos assistem, imprensa, colegas desta Câmara, eu estava no comando da Sessão e escutei atentamente todas as manifestações. Chamou-me atenção

o que o Ver. Adeli comentou respeitosamente, ele até cobrou manifestações destes Vereadores, dos seus colegas na tribuna, a respeito do ocorrido na política, no cenário brasileiro neste domingo. Confesso a vocês que fiquei muito preocupada! Não sou advogada, mas sou mãe de Procuradora Federal, sou esposa de advogado, sou mãe de outros advogados, irmã de advogados, então a minha família inteira é do mundo jurídico, e nós debatemos tudo o que acontece nesse cenário em casa. Eu sou jornalista, uma pessoa muito interessada nessa área, confesso a vocês que estou muito preocupada, não acreditei no que vi, que um desembargador plantonista ignorasse que, além de não ter competência para suspender, o cumprimento de pena foi determinado por todo um tribunal.

Ora, Ver. Adeli, nós temos a Resolução nº 71, do CNJ, que diz que “o plantão judiciário não se destina à reiteração de pedido já apregoado no órgão judicial de origem ou em plantão anterior, nem a sua reconsideração, reexame ou reapreciação de solicitação de prorrogação”. Um plantonista decidiu, vejam bem, é inacreditável... Aqui, uma simples jornalista ficou estupefata quando viu um plantonista que decidiu o que um tribunal inteiro já resolvera. Isso é gravíssimo, isso é insegurança jurídica, isso nos coloca – todos nós, brasileiros – com muito medo, se realmente vingasse. Ora, eu queria responder ao meu colega Ver. Adeli Sell que eu não acredito que esse Desembargador não soubesse que ele não tinha essa competência. Na minha opinião, isso foi minuciosamente planejado, tanto é verdade que era o primeiro dia de plantão do Desembargador Favreto. Pelo que eu tomei conhecimento, com a pressa da paixão política, característica do PT, que não consegue enxergar que o Lula cometeu crimes, o Desembargador cometeu, na minha opinião, algo muito grave: ele se excedeu, tomou uma decisão que não era da sua competência. Recomendo que meus colegas verifiquem essa Resolução do CNJ de que não é competência do plantão judiciário fazer esse tipo de ação.

Então eu quero, aqui, mais uma vez, agradecer a competência do nosso Presidente do TRF da 4ª Região, o Desembargador Thompson Flores, que agiu na hora, com equilíbrio, calma e devolveu a decisão para o desembargador de origem, natural, o Desembargador Gebran Neto. Como o Ver. Adeli meio que convocou os seus colegas a fazerem alguma manifestação, achando tudo quieto, fiz questão de utilizar a tribuna para registrar a minha admiração pela Justiça do Rio Grande do Sul, pelo comando do nosso Judiciário que está aí, e mais uma vez mostrou que não será, de forma alguma, paixões políticas que vão

desnortear este caminho trilhado até aqui com tanta competência, seriedade e dedicação. Obrigado.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Ver.^a Mônica Leal, nosso tema na oposição não vai ser o do debate político do final de semana em respeito às pequenas diferenças que temos, partidárias, e, quando puder, me manifestarei. Com certeza, apenas digo que até às 21h, durante o dia todo, estava eu, com muitos corações e mentes neste País, na expectativa do restauro da democracia nas ruas deste País.

Quero falar em Liderança de oposição, valorizando inclusive a manifestação que o Ver. Prof. Alex fez há pouco em Grande Expediente, com a ausência do Secretário de Educação numa reunião chamada com antecedência pela CECE, uma reunião que tinha pautas bastante densas, graves, como a falta de vagas para crianças de quatro a seis anos, idade obrigatória, como o desmonte da rede de atenção às crianças em idade escolar, através da rede de atenção à criança e ao adolescente, das violências contra as infâncias apontadas pelos conselheiros tutelares, a falta de prestação de contas da Prefeitura, de desrespeito até ao Fundeb, Ver.^a Fernanda, Ver. Robaina, ao Conselho do Fundeb. Não tem dados, não tem aprovação deste Conselho no uso do recurso da educação, pautas muito sérias que até o Tribunal de Contas compareceu e o secretário não compareceu; não compareceu e inclusive questionou a presença, o protagonismo do Ver. Prof. Alex Fraga por não ser da Comissão. Então isso é muito grave, é um contraponto ao que o Prefeito Marchezan tenta vender nas redes sociais e vender pela imprensa de que ele é um homem de diálogo. O seu Secretário de uma das Pastas mais importantes se nega a dialogar. E a Liderança e representação do Governo Marchezan aqui reproduzem mentiras sobre a educação – mentiras! Porque o que a gente ouve falar é que foram recompostas na rotina escolar da rede municipal de ensino lacunas importantes, que era a ausência de professor em sala de aula, que era o abandono das

crianças para a violência. Pois eu afirmo e reafirmo que o decreto que foi revogado pelo Prefeito Marchezan, unilateralmente, decreto de 2004 – na época eu era secretária de educação, o Prefeito era o Verle – era resultado de um amplo debate com a categoria municipal e com os professores e professoras e que regravava o atendimento à prestação de serviço dos professores. E ele dizia – e eu quero dizer aqui, porque estava escrito e era o que valia – que, em 20 horas-aula, em vinte horas de trabalho do professor, ele cumpria 15 horas-aula, senhores e senhoras, cumpria quinze horas com alunos, com turmas, 15 horas-aula em vinte horas; portanto, 30 horas-aula em quarenta horas. E 15 horas-aula para vinte horas de contrato é muita hora-aula, se considerar que ela tem que ser planejada, discutida com seus pares e avaliada depois. Isso significa cinco períodos, cinco horas que nós dividimos oficialmente e cumprimos assim: duas horas de planejamento individual, duas horas de atividades de planejamento individual, que não precisava ser cumprido na escola necessariamente, porque o planejamento individual significa participar de cursos, significa ter o seu computador, seus livros, ver vídeos, ouvir áudios, documentários, ler jornais, pesquisar em livros e ler livros paradidáticos de literatura, etc. Eram garantidas cinco horas e meia de atividades coletivas de formação e planejamento – cinco horas e meia, eu vou repetir – na escola, coletivos, grupos de trabalho, grupos de professores, reuniões de paralelas. Tudo isso foi desmontado. Como nós garantimos isso? Esse decreto foi revogado pelo Prefeito Marchezan, em janeiro do ano passado, sem que o Secretário fosse às escolas, sem o Prefeito conhecer o cotidiano das escolas, Prof. Alex, como você afirmou. Sem ir, ele revogou, ele botou a zero a organização escolar. Ele reduziu trinta minutos de hora-aula de cada aluno, diariamente. Hoje, os alunos, portanto, se alimentam às carreiras, enfileirados, grandes com pequenos, depois das 4 horas-aula, sem uma intervenção pedagógica e sem uma proteção, que pais afirmam que é inadequado para a educação. Hoje, as escolas não têm horário para planejamento coletivo, porque isso não foi garantido, porque foi desmontado e porque faltam muito professores.

Quero encerrar perguntando: por que o Secretário não veio dialogar? Primeiro, porque isso prova que é uma mentira esse perfil de diálogo que o Prefeito Marchezan diz que tem. Não tem, porque diálogo que não escuta, que não constrói coletivamente, que não respeita os processos não é diálogo. Segundo, porque o Secretário não tem respostas para a falta de alimentos, para a falta de professores, para o desgaste físico das escolas,

para os baixos recursos na manutenção das escolas, para destruição dos projetos culturais. Eu encaminho dizendo que o perfil do Secretário Adriano e o desrespeito a esta Casa é o mesmo do Prefeito Marchezan. Para quem não tem diálogo, não há possibilidade de cobrar de nós um diálogo nesse nível, um diálogo sem escuta. Por isso, essa Casa precisa manter seus processos de autonomia, de discussão, ritmo e conteúdo para o bem da Cidade Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação Líder.

VERADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Obrigada, Presidente, Ver.^a Mônica Leal. Ao cumprimentá-la, eu cumprimento aos demais colegas Vereadores e Vereadoras, e ao público que nos assiste. Sempre é bom reler e lembrar as legislações que estão vigentes para não sermos surpreendidos, volta e meia, por abusos e desmandos de todas as ordens.

Hoje me fixei na Lei Complementar nº 135/10, a Lei da Ficha Limpa, originada num projeto de lei de iniciativa popular idealizado por juristas e que reuniu perto de 2 milhões de assinaturas com o objetivo de aumentar a idoneidade dos candidatos. A Lei da Ficha Limpa torna inelegível por oito anos um candidato que tiver o mandato cassado, renunciar para evitar a cassação ou for condenado por decisão de órgão colegiado, mesmo que exista a possibilidade de recursos. Esse projeto de lei foi aprovado por unanimidade na Câmara Federal e no Senado e foi sancionado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em síntese, a lei proíbe que políticos condenados em decisão colegiada de 2ª instância possam se candidatar. No entanto, tivemos, neste domingo, a tentativa de soltura do ex-Presidente Lula com a seguinte justificativa do excelentíssimo Desembargador Rogério Favreto: “A minha decisão está sendo uma grande confusão, pois a fundamentei sobre um aspecto novo, sobre a pré-candidatura do ex-Presidente Lula, pois, estando ele preso, estaria impossibilitado de realizar gravações, entrevistas, sabatinas, em flagrante quebra de igualdade com os demais candidatos.”

Ora, senhores, e se a maioria dos presos quisesse a liberdade para se candidatar, o que aconteceria com o sistema prisional do Brasil? Por certo que a tal tentativa de soltura

tinha o objetivo de criar um factóide. Mobilizaram todas as instâncias do Judiciário Federal, usaram advogados que não tinham procuração do réu num ato extremamente doloso, um Desembargador do quinto constitucional, comprometido partidariamente, o recesso dos tribunais superiores e o domingo – dia de descanso dos verdadeiros trabalhadores. Tudo para desmoralizar e desconstituir o Judiciário, que já está desacreditado pelo povo brasileiro. Enfraquecer instituições é a bandeira que agitam os malfadados que querem macular a Nação brasileira.

Lembro que Homero dizia, na Ilíada, pela boca do troiano Heitor: “Quando os deuses querem fazer com que os mortais se percam, começam tirando-lhes a percepção da realidade.” Em qualquer país sério, a atuação do Desembargador o afastaria de sua jurisdição; em qualquer país sério, os advogados teriam as suas carteiras da OAB caçadas. Mas não iremos desistir.

Por certo que o grito de gol ficou trancado na garganta de todos os brasileiros, na última sexta-feira, mas o grito pela democracia, o grito pela ética, pelo comprometimento com a Nação, o grito pela legalidade, o grito pelo nosso patriotismo será demonstrado em outubro, quando escolheremos um time que mais do que levantar uma taça irá reerguer o Brasil. “Um filho teu não foge à luta.” Estamos aqui, exatamente para mostrar a verdade e fazer com que o Brasil seja um Brasil verde e amarelo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Não queria falar em nome do PSOL, sem antes deixar de responder à colega Ver.^a Comandante Nádia. O problema é que parece que a Justiça no Brasil é seletiva. Num país em que o Presidente é o chefe da quadrilha, me parece que existe uma lógica, no mínimo, seletiva, de perseguição e de combate a alguns bandidos. O Eliseu “quadrilha” – opa! –, Eliseu Padilha acabou de assumir no Ministério do Trabalho. Olha que barbaridade o que acontece no País! E eu acho que não se pode ser seletivo com indignação, porque tem alguns que se indignam seletivamente. Então, eu quero deixar aqui esse registro, sobre o chefe da quadrilha, o Temer, o próprio Aécio, que segue Senador, o Eliseu “quadrilha” Padilha, que acabou de

assumir o Ministério do Trabalho, ao mesmo tempo fazer o registro de toda uma amarra jurídica que se fez ontem, para que não se cumprisse a ordem, a decisão do Desembargador Rogério Favreto. Todos sabem que o Lula não é o nosso candidato há muito tempo. Alíás, eu digo sempre, Sofia, que, nos tempos de PSOL, quando nós estávamos na oposição de esquerda ao Governo, com o PMDB na base, o PP na base, etc., combatendo muitas coisas que nós achávamos erradas nos governos petistas, estávamos com coerência, com a mesma coerência que nós temos para dizer que a ordem deveria ter sido cumprida. Ao mesmo tempo, sem ser o nosso candidato, o Lula tem todo o direito político de concorrer num País em que o Temer pode ser candidato, em que o Aécio pode ser candidato, em que vários outros podem ser candidatos, em que existe uma seletividade, uma linha de um setor de proibir a sua candidatura.

Feito esse registro, eu queria falar aqui do tema dos municipais e dos ataques que o Marchezan tem feito ao serviço público municipal. Ouvi atentamente o Líder do Governo, Ver. Moisés Barboza, assim como outros Vereadores que se revezaram na tribuna defendendo as parecerias público-privadas como se fossem uma melhoria dos serviços públicos. Ninguém falou que o projeto de parcerias público-privadas significa a privatização da Carris, Ver. Moisés, mas basta ler o projeto: os ativos financeiros da Carris, da Procempa, os próprios terrenos públicos da Prefeitura estão sendo usados como garantia de negócios. O Poder Público entra com os riscos e a iniciativa privada entra com o quê? Com os lucros! Porque eu não sei quais empresários vocês querem que façam as PPPs se não for para terem lucro! A não ser que vocês acreditem que empresários façam parceria público-privada para não ter lucro nenhum, aí vamos começar a acreditar em Papai Noel e coelhinho da Páscoa. O que está em jogo é uma lógica de Estado; o Marchezan defende uma lógica de Estado mínimo para os trabalhadores e para o povo e uma lógica máxima de negócios para os interesses privados. Tanto é que mandou o projeto das PPPs, que aumenta essas garantias públicas, podendo colocar a Infovia como parte daquilo que vai ser usado para negociar com as empresas privadas, e vai fazer com que se quintuplique... Ninguém me responde isso – Ver. Roberto, a quem agradeço a cedência do tempo, pois é nosso, da bancada, do Ver. Alex –, ninguém explica por que vai passar de R\$ 50 milhões para R\$ 250 milhões o montante a ser utilizado em PPPs. Vocês vão gastar uma folha e meia por ano para financiar empresas privadas!

Junto com isso, vem o projeto que permite surrupiar dinheiro dos fundos para botar num fundo de modernização, para financiar o quê? Privatizações, PPPs. Junto com isso veio a lei de responsabilidade municipal que, além de congelar salários, o que é muito grave, coloca ainda a possibilidade de incluir como modo de análise do comprometimento da folha todas as autarquias e empresas públicas para aumentar o comprometimento da folha e justificar demissões de celetistas ou estatutários. Olhem a gravidade do projeto político que o Marchezan tem para Porto Alegre! A bancada do atraso é o Governo Municipal. O que atrasa a cidade de Porto Alegre é essa lógica privatista e recessiva. Como eu digo sempre, o problema não é dizer se existe ou não existe crise em Porto Alegre. É evidente que diminuiu o número de repasses federais e estaduais para o Município de Porto Alegre – inclusive, com voto do Marchezan. Quando ele era deputado federal, deu condições e admissibilidade para a Emenda Constitucional nº 95, que congela em 20 anos o dinheiro para as áreas sociais, com aval do PSDB, que votou o congelamento dos investimentos do Governo Sartori. Essa receita diminuiu os repasses para o Município, é evidente. Agora, as soluções e as alternativas que estão sendo apresentadas pelo Governo Marchezan só geram mais crise – é uma bola de neve! –, porque oferecem menos serviços quando a população precisa de mais serviços públicos, porque diminuem direta e indiretamente a possibilidade de incremento no comércio e nos serviços e porque significa, sim, se desresponsabilizar de questões que são próprias do Município. Está havendo um movimento contrário do que está sendo feito no mundo inteiro. Onde se privatizou a água, por exemplo, houve aumento de tarifas e piora na qualidade do serviço; muitos lugares estão tentando retornar à lógica da água sob o controle público. Nós vemos, de novo, uma lógica autoritária, recessiva e extremamente neoliberal do Governo Marchezan que nós esperamos que seja derrotada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): (15h56min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereadora Fernanda Melchionna (PSOL) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Eva Maria Bertoldo, que nos deixou nesse

final de semana. Uma mulher guerreira, trabalhadora, do povo, que dedicou a vida a muitas causas e que, infelizmente, partiu nesse final de semana.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Cassio Trogildo solicitando o desarquivamento do PLL nº 288/15.

Apregoo a Emenda nº 08, de autoria dos Vereadores Ricardo Gomes e Mônica Leal, ao PLCE nº 010/18.

Em votação a Indicação, nos termos do art. 86-B do Regimento, da Ver.^a Fernanda Melchionna, para a titularidade da Procuradoria Especial da Mulher no período de 29 de junho de 2018 a 28 de junho de 2019. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Ver.^a Mônica, eu gostaria de saber se foi declarada a prejudicialidade da Emenda nº 07 ao PLE nº 003/18, uma vez que a Emenda nº 04 ao mesmo projeto foi aprovada.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Ver.^a Mônica, eu gostaria de acrescentar um elemento para a análise. Há em questão um pedido de renovação de votação da Emenda nº 04. Ela poderá vir a ser rejeitada. Eu acho que não há dúvida, porque a Emenda nº 04 se refere a parcerias com base na Lei do Marco Regulatório, portanto, poderia atingir os hospitais listados na Emenda nº 07. E o que o Vereador propõe é excetuar, em qualquer situação, os hospitais referidos nessa emenda. Parece-me que são duas votações diversas, além de estar o Ver. Moisés Barboza questionando a votação anterior – não poderemos prejudicar. E se for revertida? Ficará prejudicada, porque não foi avaliada a Emenda nº 07.

Vereador Moisés Barbosa (PP): Presidente, só para deixar claro para os colegas que nós não fizemos e não formalizaremos o pedido de renovação de votação.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 003/18. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Gostaria que o autor estivesse aqui, deve estar se deslocando do seu gabinete. Nós aprovamos integralmente esta emenda, e ela tem a intenção de chegar no Mercado Público Municipal. Parece-me que é ele que tem as características específicas propostas pelo Ver. Janta, de patrimônio cultural tombado – eu estou sem a emenda, não sei se tem o tombado –, que não seja objeto de PPP. Na verdade, nós precisamos acumular um pouco mais sobre o tema Mercado Público, nesta Casa, porque ali tem toda uma característica, uma dinâmica, um histórico social extremamente complexo. É o centro da Cidade, a identidade da Cidade, frequentado por milhares e milhares de pessoas, diariamente, e é um espaço autossustentável por excelência. Hoje, o Mercado Público, funcionando só embaixo, só no primeiro piso, ele arrecada mensalmente R\$ 320 mil – Adeli, me corrige, se não for mais ou menos isso. Fiz um Pedido de Informações ao Governo Municipal há um tempo e atualizei agora, olhando na página da Prefeitura. Vejam que, na página da Prefeitura, aparece bem a arrecadação, mas não aparece, Ver. Pujol, onde o Governo aplica esses recursos oriundos do próprio Mercado, da comercialização dos espaços do próprio Mercado. Não está mais transparente. Esses recursos estão, na verdade, indo para o caixa único – e esse debate nós vamos fazer na sequência, na quarta-feira, quiçá na segunda-feira que vem –, contrariando completamente a legislação. A lei é sábia, ela diz que os recursos oriundos do Mercado devem ser colocados numa conta específica, a conta do Funmercado, e devem ser investidos no Mercado Público, porque ele pode ser o melhor lugar do mundo. Ele hoje é deficitário, porque a Prefeitura unilateralmente rompeu a parceria em 2006, com os permissionários – rompeu! –, contra a vontade dos permissionários. Tinha mais de R\$ 5 milhões no fundo, à época, e criou um problema sério, porque a associação teve que demitir os funcionários que faziam a limpeza e a segurança. Problema seriíssimo! E, a partir dali, nunca mais deu certo. A Prefeitura contrata centralizadamente as empresas para fazerem a limpeza, não fazem a contento; põe menos funcionários do que foi acertado no contrato – “n” problemas. Agora, já faz um mês e meio ou dois que não têm

limpeza no Mercado Público, quem realiza são os permissionários, gente, que estão criando um passivo enorme, porque, além do aluguel que pagam, eles estão colocando recursos todo o mês no Mercado Público, todo mês! Senão, o Mercado estaria inviável.

Agora, alguém vai dizer que não tem solução o Mercado Público, que é só PPP. Uma PPP tem que botar na mão de uma gestão privada. Aí, eu discordo; aí, nós, da bancada do PT, discordamos Moisés, porque nós achamos que pode fazer parceria com os permissionários, deve, porque eles estão lá no cotidiano, eles conhecem a necessidade, eles podem, de forma desburocratizada, tomar providências. Há vários Vereadores aqui, agora, mas na verdade, só o Ver. Adeli já foi Secretário da SMIC e sabe como é melhor com a parceria dos permissionários. Botar um gestor privado lá é para a gente pagar mais caro, para gastar parte desses recursos – hoje são R\$ 320 mil, mas poderão ser o dobro quando o PPCI for feito. Portanto, não é o melhor encaminhamento colocar na mão privada, porque depois a Prefeitura perde gestão sobre o espaço, espaços para a sociedade, para o Orçamento Participativo, para reuniões, para cultura, para fazer feiras de artesanato, para fazer a Feira do Gibi. Leis criadas aqui, a do gibi especialmente – acho que é a do gibi e a do vinil são do Adeli. Cito várias vezes o Ver. Adeli porque se dedica muito a esse tema.

Então, toda essa gestão vai ser perdida pela Prefeitura; vai ter que pedir, vai ter que pagar para o gestor privado. O que é isso, gente? Vamos salvar o Mercado Público de uma perda de autonomia. Nenhum Prefeito vai poder incidir, modificar, alterar, construir alternativas, se entregar para uma mão privada. Tudo vai custar caro, tudo vai custar mais um valor, tudo vai ter um aditamento. É uma perda de gestão que não dá para ser para um próprio maravilhoso como aquele. A nossa bancada vota favoravelmente à emenda do Ver. Janta. E, Ver. Nedel, se precisar estacionamento, faça uma PP; aí, sim, Bosco, só para estacionamento. Querem fazer estacionamento subterrâneo no Centro, eu concordo. Então, ofereçam para a iniciativa privada que invista dinheiro de verdade, faça um estacionamento e o explore. Bom, aí, sim, mas não no que está instalado, instituído, já tem receita e funciona muito mais com os permissionários participando da gestão.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 003/18.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente Mônica. Eu gostaria de chamar a atenção para as agências de *fact-checking*, como a Agência Lupa. Se elas fizerem, Ver. Moisés, um *fact-checking* dos últimos cinco minutos de fala da Ver.^a Sofia, não restará pedra sobre pedra, tamanhos absurdos que foram ditos nesta tribuna. É de um desconhecimento tamanho, Ver.^a Sofia...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Qual parte? Os cinco minutos, vamos lá: desde a perda total de controle sob o próprio municipal até a não entrega e encarecimento de todos os serviços. É uma mentira atrás da outra. Não resiste análise de *fact-checking* de nenhuma das agências, nem as de esquerda, Ver.^a Sofia, não resistiriam, teriam que se desdobrar, teriam que pedir ajuda, olha, só o DIEESE mesmo para fazer....

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Sofia, os últimos cinco minutos, olha, eu tive que me conter ali para não anotar exemplos, senão, precisaria de meia hora aqui para falar tudo que eu precisava falar. Mas vamos lá. Vários prédios públicos podem ser revitalizados por meio de PPPs. Aliás, o Ver. Moisés passou nos seus cinco minutos de Liderança explicando o que são PPPs, e a Ver.^a Sofia estava conversando, ao invés de prestar a atenção – teria se poupado de ter falado esses absurdos aqui.

Mas eu gostaria de trazer um exemplo que eu vivi agora, nesses últimos dias, lá na Alemanha. Eu estive na cidade de Mannheim, uma cidade de cerca de 45 mil habitantes, no interior da Alemanha, no Estado de Renânia do Norte-Vestfália, e o Prefeito de lá, Daniel Zimmermann, que foi eleito pela primeira vez com 27 anos, de um partido independente, é um partido que só existe na cidade, se chama Peto. E ele fez um caso muito interessante de PPP lá, justamente similar ao que estamos discutindo aqui sobre o Mercado Público. A cidade de Mannheim tinha um grande centro comercial, que era um prédio histórico, um prédio que tinha um interesse público de preservação, que estava

totalmente deteriorado, e não havia da prefeitura recursos de manter, tão pouco havia interesse de privado de recuperar aquele prédio. O que a Prefeitura de Mannheim fez, então? No primeiro momento, o Prefeito Daniel Zimmermann reduziu tributos na cidade, conseguiu alavancar a sua arrecadação e o número de empresas na cidade, e em seguida a Prefeitura fez uma PPP no prédio dessa espécie de centro comercial municipal, onde ela instalou a sua sede executiva, instalou a sua sede legislativa – a Câmara Municipal funciona nesse prédio, a Prefeitura funciona nesse prédio, as secretarias funcionam nesse prédio. Mas, ao mesmo tempo, o prédio foi cedido para uma administradora de *shopping center* para que administrasse locações de lojas, bancos, lojas de varejo, enfim, uma série, alimentação e tudo mais. Resumo da história, passado cerca de três, quatro anos, aquele é o principal ponto de trânsito de pedestres, de geração de riqueza e empregos na cidade. Um dos principais pontos está completamente revitalizado, está completamente aberto e à disposição dos cidadãos. Não houve nenhum aumento de custo para o cidadão de Mannheim, bem pelo contrário, as receitas oriundas das locações e do uso dos ativos públicos daquela situação permitiram uma reestruturação do imóvel e uma perfeita reentrega para o cidadão poder usufruir, fora que surgiram uma série de novas empresas e empregos sediados nesse estabelecimento. Aqui é justamente uma espécie de Mercado Público, o que a gente estava discutindo em que há um caso concreto de como a PPP ajudou a transformar para o bem da Cidade. Engraçado que o Prefeito Dan Zimmermann foi eleito com 30% dos votos e fez uma coalizão multipartidária e sem viés ideológico para governar. Essa coalizão permitiu que fossem feitos esses avanços mesmo contando com a esquerda, e, depois, o Prefeito Daniel Zimmermann foi reeleito com 94% dos votos, o que mostra que a cidade e seus habitantes reconheceram como essas políticas trouxeram melhores benefícios aos cidadãos daquela cidade. Então não vou nem entrar no mérito de inconstitucionalidade da Emenda nº 06, mas que está flagrantemente posta: é uma emenda inconstitucional, mas trazendo obviamente a questão do mérito da Emenda nº 06, como ela, se aprovada, será prejudicial à nossa Cidade, a cidade de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 003/18.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Nós, evidentemente, votaremos favoravelmente a esta emenda. Esta emenda, se aprovada, pode permitir que não se dê sequência ao que está acontecendo nesse momento com o Mercado Público de Porto Alegre, que pode ser um *case*, Ver. Felipe Camozzato, do primeiro mercado público privado, porque o que o Governo está fazendo, ao fazer esse plano de manifestação de interesse, que coloca que para entrar no PMI tem que ter experiência de PPP ou gestão de *shopping center*, mostra bem o projeto que o Marchezan quer fazer para o Mercado Público de Porto Alegre. Nós já fizemos um debate muito forte sobre o tema das parcerias público-privadas, e demos alguns exemplos de como a lógica têm sido os riscos do Estado e a lógica do lucro para as empresas. Nesse caso, nós temos permissionários que constroem o Mercado Público ao longo de décadas e garantem que o mercado siga exercendo e praticando valores mais baixos para uma série de produtos, o que alimenta, por exemplo, a rede de restaurantes, o que faz com que, quando a gente tem tempo, possa ir ao Mercado Público e economizar na compra de carnes. Eu pergunto ao Ver. Felipe Camozzato se costuma ir comprar alguma coisa no Mercado Público, porque a diferença dos preços é gritante, dos frios, etc. Seria bom frequentá-lo um pouco.

Numa lógica privada, eu quero te dar o exemplo do camelódromo, que nós acompanhamos no detalhe na Câmara de Vereadores. O argumento era o mesmo que tu estavas dizendo, o de que lá haveria uma modernização, que seria melhor para os ambulantes que estão na rua e seria um espaço informal para os trabalhadores. E o que aconteceu é que implementaram aluguéis abusivos; a taxa de lucro exorbitante da empresa Verdi que ganhou a licitação fez com que mais da metade dos camelôs que foram para lá não tenha ficado, trabalhadores informais que perderam a possibilidade de seguir vendendo, à medida que os aluguéis ficaram absurdos. O que pode acontecer no caso do Mercado Público é se transformar num verdadeiro *shopping center* no Centro de Porto Alegre, perdendo o caráter de resguardo de uma série de atividades e de história do povo de religião de matriz africana, perdendo o caráter popular e mais barato das próprias lojas, o que também tem a ver com a lógica pública do Mercado Público e, ao mesmo tempo, perdendo uma oportunidade ímpar, porque eu acho que, nesse caso, uma parceria com os permissionários do Poder Público para revitalizar, para garantir as obras no PPCI, para garantir que o Mercado Público seja devolvido à população... Já faz tempo

que ocorreu o incêndio, é verdade, mas a solução está justamente nos permissionários que se propuseram a arcar com todas essas obras que eu listei aqui. Por que o Governo não quer? Não quer, porque quer uma administradora de *shopping center*, gente! Porque tem uma outra lógica de cidade! Porque eu acho que o Marchezan sequer conhece uma lógica mais popular. Eu fiz uma pergunta ao Ver. Felipe Camozzato, mas, pela lógica de criação, enfim, do próprio Prefeito Marchezan, que desconhece o caráter popular do Mercado Público, é sério, acho que nunca na vida dele ou na família dele teve que fazer conta para saber quanto vai gastar de carne por mês. Então, eu acho que abrir mão desse espaço que tem essa característica no Centro da nossa Capital e, ao mesmo tempo, garantindo que aconteçam as obras... Uma coisa é não ter alternativa, os permissionários apresentaram uma alternativa, mas é pouco, porque o Prefeito tem uma lógica de *shopping*. Porto Alegre já é – sabia, Camozzato? – a Capital que mais tem *shopping centers* por metro quadrado. Então, ter uma lógica de, inclusive, no espaço do Mercado Público, que merece – reitero – uma reforma, mas que seria garantida pelos permissionários, é mais uma vez essa lógica absurda. Então, nós vamos votar a favor da emenda, esperando que o Mercado Público possa sair do raio privatizador do Prefeito Marchezan e dos seus aliados.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Registro a presença do Deputado Estadual Maurício Diezedrick, do PTB. Seja muito bem-vindo.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 003/18.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, a Emenda nº 06, que está em discussão, é objetiva: exclui a possibilidade de PPP para prédios históricos onde exista comércio. Diz-se que o objetivo é, em última análise, preservar o Mercado Público central. Se esta emenda já estivesse inserida na lei, eu quero alertar aos colegas Vereadores que a recuperação do Chalé da Praça XV, que foi feita em composição com permissionário, fornecedores, num ajuste com a Prefeitura. Ver. Mendes Ribeiro, V. Exa. lembrou bem outras tantas possibilidades na discussão anterior, não seria a realidade que é no dia de hoje.

A imprensa de Porto Alegre, mais precisamente o jornal de Zero Hora, penso que na edição de fim de semana, traz uma notícia absolutamente atual: a preservação de um prédio na Rua da Praia chamado Boteco Histórico, que só foi possível ser preservado porque o comerciante que ocupa a área desembolsou cerca de R\$ 150 mil para que a preservação fosse realizada, os azulejos fossem colocados e assim por diante. Eu diria até que parceria público-privada não é mais do que uma contratualização como existem no SUS, como existem em várias atividades do Município, muitas das quais de forma altamente elogiável. Eu não posso esquecer, por exemplo, que o Hospital da Restinga só foi possível em função de parceria público-privada entre o Hospital Moinhos de Vento e o Município de Porto Alegre.

Então, eu quero dizer o seguinte, com toda a honestidade: eu acho que nós não podemos decidir sobre esta matéria na base do tudo ou nada. Eu sei que, para a esquerda brasileira, a expressão privado assusta, mas aqui não tem que assustar coisa nenhuma! Os próprios permissionários hoje, do Mercado Público, querem fazer parcerias público-privadas, querem comprometer outras tantas entidades que, eventualmente, possam ter até interesse comercial na preservação – por que não? –, manutenção e melhora desse prédio. Por isso eu quero, com toda a honestidade, dizer o que não disse até agora. Eu não discuti nenhuma matéria nesse processo, estou só discutindo essa. Eu não posso pretender que nós queiramos engessar de tal maneira a cidade de Porto Alegre do que for preconizado, por exemplo, no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, nas áreas de interesse cultural da rua João Alfredo, por exemplo, onde se quer preservar a fachada de vários prédios, e que não possa haver, atrás dessa fachada preservada, um bar ou um restaurante como hoje existe, que está ali colocado cumprindo as suas finalidades. Essa emenda, disse bem o Ver. Camozzato, além de inconstitucional, é extraordinariamente prejudicial ao interesse público, é contra a cidade de Porto Alegre. Então, vamos parar com essa história de que só porque o Marchezan mandou a proposta ela é ruim por si só. Não, não. É boa a proposta, especialmente nesse sentido e nesse objetivo. Por isso vamos votar contra essa Emenda nº 06, porque ela é prejudicial aos interesses da sociedade de Porto Alegre, da Cidade e atualmente daqueles mais diretamente interessados, os donos dos prédios históricos que precisam ter parcerias para poder preservá-los. Era isso, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 003/18, pela oposição.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu pedi licença para falar em nome das bancadas do PT e do PSOL registrando aqui que nós temos algumas diferenças em relação à questão das PPPs, mas nós sempre nos respeitamos nos debates aqui. Especialmente queria dizer à Ver.^a Fernanda Melchionna, que no ano passado nos dirigiu, que a ideia original que o Ver. Cláudio Janta tinha nos levantado era a exclusão do Mercado Público. A emenda acabou sendo dos próprios, que são patrimonializados e com comércio. Acontece que nós gostaríamos, eu tenho falado com o Secretário Bruno Vanuzzi, aqui, de ter toda uma discussão sobre como nós vamos resolver os problemas desses próprios municipais.

O Ver. Ricardo havia me questionado sobre a questão do viaduto. Aqui, todo mundo sabe que eu sou um dos Vereadores da oposição que, sobre a questão do viaduto, tem uma posição histórica, que é aquela que já foi levantada lá atrás, falei isso para o Secretário Bruno, de que seria viável, como não é um valor tão grande, poderia ser feito talvez com índices construtivos, para que uma construtora pudesse bancar e, depois, a configuração poderia ser uma gestão dos próprios permissionários com um gestor capacitado na área da administração.

O Mercado Público hoje é uma permissão de uso. Conversei isso já com o Ver. Ricardo, conversei agora com o Ver. Mendes Ribeiro também. Nós temos que chegar a uma melhor solução para essa questão.

Eu acho que, como nós nos atrapalhamos aqui com as urgências, nós não vamos aprovar o melhor dos projetos. Estou aqui pensando para dialogarmos um pouco mais sobre isso. A visão nossa seria de aprovar esta emenda, e essa é a nossa tendência – estou falando aqui em nome das duas bancadas –, mas eu me estou reservando o direito de dar uma conversada para vermos se podemos fazer alguns aperfeiçoamentos ainda até o final da votação. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 003/18.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero pontuar alguns aspectos com relação a esta emenda que proibiria, se aprovada fosse, a realização de PPPs em qualquer próprio municipal histórico no qual houvesse comércio. Primeiro, gostaria de dizer que isso não se restringiria apenas ao Mercado Público, e sim também ao abrigo dos bondes, ao próprio Viaduto Otávio Rocha, no qual nós poderíamos recuperar o viaduto, que é um prédio histórico, imóvel histórico com comércio embaixo, nós poderíamos recuperar o viaduto através de uma PPP. O próprio Chalé da Praça XV, o Café do Lago, o Mercado do Bom Fim, aquelas lojas ali na Redenção. Logo será o caso do caminho dos jacarandás ali na Praça da Alfândega, todos próprios municipais que podem ser melhorados através de PPPs.

Sobre o Mercado Público, quero deixar bem claro, o Poder Público hoje não administra as bancas, as bancas são empresas privadas. Quando se diz aqui que querem entregar o Mercado Público para a iniciativa privada, os próprios permissionários, se quiserem assumir, são o quê? São autarquias do Município? São empresas privadas. Eu participei de, no mínimo, cinco reuniões com os permissionários do Mercado. Existe uma dificuldade grande. Essa obra que eles estão fazendo agora estão fazendo em pagamento de uma dívida trabalhista que deixaram de quando administraram o Mercado – isso é importante que se diga. Quando os permissionários administraram o Mercado Público, deixaram uma dívida trabalhista de quase R\$ 2 milhões que foi paga pela Prefeitura, que agora litiga com eles. E esse investimento será feito em pagamento da dívida dos permissionários. Portanto, foi feita uma conciliação com os permissionários. Ao contrário do que se quer fazer crer, a Prefeitura não é contra os permissionários; pelo contrário, negociou com eles e chegou a uma solução positiva para eles sobre a dívida que tinham. Para que os próprios permissionários possam se habilitar para administrar o Mercado, é preciso que se faça PPP. Para que os próprios permissionários possam disputar a gestão do Mercado Público, esta emenda tem que ser rejeitada. Com a emenda do jeito que está, a Prefeitura não poderá sequer entregar aos permissionários a gestão do mercado como muitos Vereadores defendem. Não se trata de uma simples concessão, não se trata de um mero convênio, trata-se de uma parceria público-privada.

Então, há, sim, discussão que tem de ser feita com relação a diversos próprios da Prefeitura que são históricos e nos quais há comércio. E vejam que hoje o Município é administrador de contrato de locação. Ele tem uma série de lojas locadas nesses imóveis e, em vez de o Município administrar um contrato, precisa administrar uma série desses contratos.

Nós tivemos diversas reuniões com os representantes da Associação dos Permissionários do Mercado e também com a assessoria jurídica deles, aliás são dois escritórios muito competentes. Os próprios permissionários sabem que podem, no futuro, disputar – se se organizarem para isso – a PPP para administrar o Mercado como eles querem. A PMI está no ar, e eles podem apresentar um projeto para fazê-lo. Com a emenda como está, o Município não poderia se valer de PPP para recuperar o Viaduto Otávio Rocha, para reativar, na plenitude, o Mercado Bonfim. Logo, o Caminho do Jacarandá sofrerá o mesmo problema com as lojas, que sequer estão funcionando a pleno na Praça da Alfândega.

Então, a emenda fechou uma porta. Se estavam mirando no Mercado, fecharam uma porta para diversos outros próprios do Município. E é isto que queremos pedir, encaminhamos pela rejeição da emenda, até para que os próprios permissionários possam, no futuro, disputar a administração do Mercado. Obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 003/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 6 votos **SIM**; 21 votos **NÃO**; 3 **ABSTENÇÕES**.

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação a Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 003/18. (Pausa.) Havia uma Questão de Ordem relativa à prejudicialidade. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 003/18.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Primeiro quero fazer algumas considerações com relação ao projeto e à condução desse projeto na tarde de hoje. Quero fazer um elogio, um forte elogio. Tomará que isto não prejudique o Secretário Bruno Vanuzzi na condução da Secretaria das Parcerias, mas quero fazer um elogio à sua condução – Secretário, aqui presente, espero que não o prejudique, Ver. João Bosco Vaz. O Secretário aqui fez diversas ponderações técnicas importantes. Tenho convicção de que isso se deve à abstenção do Ver. Adeli, à minha abstenção na emenda anterior, de autoria do Ver. Janta, no qual o Secretário mesmo reconhece as nossas ponderações de que não vai haver Mercado Público se não tiver a participação dos que lá estão prestando serviços há décadas. Não vai haver Mercado Público! Não vai haver parceria lá se aqueles permissionários que estão lá, já prestando a atividade há décadas, não participarem. Um projeto que não contemple isso não vai ser aprovado nesta Casa. Aí o primeiro elogio que quero dar ao Secretário: o Secretário vem aqui, prontifica-se e responsabiliza-se por encaminhar um projeto executivo individual de cada uma dessas situações que nós estamos mencionando aqui – a primeira é com relação à emenda anterior.

Então, Vereador, o Secretário se compromete a encaminhar um projeto executivo mostrando a modelagem que vai haver, no qual se compromete a colocar os permissionários que lá estão, para que eles continuem atuando. Isso passa por um diálogo, Ver. Oliboni, que tem que ser multipartidário, polipartidário, em que certamente vão participar os permissionários, o Ver. Janta, proponente da emenda, o Ver. Adeli, o Ver. Pujol, as pessoas que têm experiência nesse sentido com a área do comércio, e muitos de nós irão se abastecer, Ver. Bosco, de informações para poder decidir a sua posição.

Esta emenda é com relação aos dois hospitais municipais – o Presidente Vargas e o Pronto Socorro – e aos dois prontos atendimentos municipais. O Secretário Bruno, nesta situação, também traz um fôlder explicativo do projeto – que deveria até ter vindo antes, e é por isso que esses projetos, incluindo este, Ver. Moisés, não deveriam ser votados em regime de urgência, porque essas discussões se fariam nas Comissões, essas discussões poderiam ter sido feitas previamente –, no qual o Secretário traz exemplos, nos prova e comprova que não vai haver parceria público-privada vertical, no vértice, na essência da assistência, porque nós acreditamos no SUS! Nós acreditamos no SUS! O setor público, os profissionais concursados, estatutários do Município devem estar no

vértice do atendimento dessas quatro unidades de saúde. Claro que sempre se pode agregar serviços adicionais e ampliar o atendimento, mas não podem prescindir do atendimento básico municipal, que deve ser o vértice desse processo. E mais, palavras do Secretário: cada uma dessas quatro unidades colocadas na emenda vai ter o projeto executivo independente que virá para esta Casa para ser discutido.

Portanto, dentro desse compromisso do Secretário, dentro dessas considerações, porque ele é um homem honrado e correto, nós esperamos o projeto executivo de cada uma dessas questões. Já existe a outra emenda que salvaguarda as questões da saúde, colocando novamente a necessidade de nós termos a salvaguarda básica do atendimento assistencial. O atendimento assistencial deve ser feito por profissionais estatutários do Município de Porto Alegre, agregando, é claro, algumas atividades, algumas especialidades que não estão hoje contempladas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Dr. Thiago. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 003/18.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Quero saudar o Sr. Presidente, os colegas Vereadores e Vereadoras, o público que acompanha a Sessão nesta tarde, de modo especial o Secretário Vanuzzi, que está aqui conosco no plenário e que, é claro, faz a sua relação com os Vereadores na ideia de aprovar o projeto de lei. Nós também queremos discorrer aqui sobre algumas emendas apresentadas.

Essa questão específica que o Ver. Thiago levanta, eu assinei junto, em nome da bancada do PT – aparece ali no projeto de lei, aqui na cópia da emenda não –, com relação ao Pronto Socorro, ao Hospital Presidente Vargas, ao pronto atendimento da Bom Jesus e ao Cruzeiro do Sul. Todos nós, Vereadores e Vereadoras, de modo especial os Vereadores da Comissão de Saúde, já visitamos essas unidades de saúde, esses prontos atendimentos, o HPS ou o Hospital Presidente Vargas. Nós sabemos que o que está acontecendo, e não só para o Parque Belém, para o Presidente Vargas ou Beneficência Portuguesa, é um movimento do Governo Municipal de tentar constituir uma parceria público-privada na ideia de poder não contratualizar com o SUS. Nós entendemos que o

Parque Belém, assim como o Beneficência Portuguesa, que está fechando com uma entidade do Interior, foram os dois hospitais, eu diria de uma forma muito mais ampla, constituídos e comprado inúmeros equipamentos. Então, não tem por que o Governo Municipal de Porto Alegre ficar fora disso na ideia de dizer que aqueles equipamentos são comprados com dinheiro público e que, portanto, essas duas instituições não poderão atender somente convênios, porque ali estão tomógrafo, ecógrafo, aparelho de raios X, uma série de aparelhos importantes comprados com emendas parlamentares, com recurso do Governo Federal através do Ministério da Saúde e que, por sua vez, podem ser utilizados por essas novas instituições e não atender gratuitamente pelo SUS.

Por outro lado, nós entendemos que, muitas vezes, essas parcerias feitas acabam esquecendo do funcionalismo. Vamos pegar, por exemplo, o Pronto Atendimento da Bom Jesus, que inclusive já foi visitado pela Direção da Santa Casa. O Governo Municipal vai fazer uma parceria público-privada ou vai fazer um convênio para compensar o atendimento da filantropia da Santa Casa? Isso não foi dito aqui, isso não foi dito nem pela Santa Casa nem pelo Governo Municipal. Então, fica aquela dúvida, muitas vezes o Governo institui uma parceria público-privada esquecendo do público, do servidor público estatutário, que fez concurso. Para onde vai esse servidor? Nós temos que ter um certo cuidado nisso, porque, se é uma instituição pública e se transforma numa parceria, qual o objetivo do Governo? É continuar aquela relação da prestação no atendimento qualificado, adequado? Mas e os servidores que ali estão concursados?

Acho que é de extrema importância termos esse cuidado, por isso a importância do que o Dr. Thiago fala aqui, nobre colega Vereador, de, para cada unidade ou para cada atividade, haver um projeto de lei constituindo aquela parceria, para nós podermos, então, não só qualificar o atendimento, mas dar garantias ao servidor público estatutário, para que ele não seja desvalorizado, para que possa ser negociado com a sua entidade de classe o seu reaproveitamento em outra unidade, em outro estabelecimento. Isso serve para os da saúde como também para todas as outras áreas. Por isso é de extrema importância, e fica a critério do Vereador retirar ou não essa emenda. Nós entendemos que a Emenda nº 05 já contempla essa questão da saúde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, declaro a prejudicialidade da Emenda nº 07, porque a Emenda nº 04, aprovada, exclui os serviços de saúde das PPPs.

Em votação o PLE nº 003/18. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Ver. Valter. Eu vou falar em nome da oposição, mesmo podendo haver algum voto divergente entre as duas bancadas por alguma diferença de compreensão. Eu quero elencar as razões pelas quais nós entendemos que devemos votar contra. É óbvio que nós entendemos que, para o interesse público, em situações eventuais e quando, de fato, houver uma iniciativa nova, uma potencialidade nova, um investimento de verdade do privado – e aí um retorno para o privado –, em situações circunstanciais e votadas por esta Casa, nós até achamos que, eventualmente, é possível uma PPP. De forma geral, a oposição entende que as PPPs que estão propostas não são boas para o interesse público. Elas têm privatizado o interesse público, o espaço público.

A situação da concessão do Cais Mauá é exemplar. Nós divergimos frontalmente da construção de um *shopping* na beira do Guaíba, e essa não é a vontade da Cidade. E, à despeito da vontade da Cidade, que demonstra no seu *habitus* o que gosta e que frui numa beira de rio maravilhoso como é o nosso Guaíba, onde é para curtir um verde, um pôr do sol, uma brisa que vem da relação com a água, e não para fazer compras, não para exploração econômica, não para comprar uma roupa no fim de semana ou para circular no *shopping*. Então, a discussão é um pouco mais profunda do que a mera autorização de PPPs, é como se propõem as PPPs.

No caso do Mercado Público, nós temos uma opinião muito clara: essa dívida que está com a Associação dos Permissionários não é da Associação; foi uma relação muito predatória do Governo com os permissionários, uma ruptura unilateral de uma parceria. Os permissionários assumiam todo o ônus, eles assinavam a Carteira de Trabalho dos funcionários que faziam a limpeza e a segurança no Mercado Público, assinavam a Carteira de Trabalho desses funcionários em nome do Poder Público, com o recurso que eles colocam, pagam, com o dinheiro do Funmercado, onde tinham R\$ 5 milhões, e com uma parte ínfima desse valor poderiam fazer a rescisão dos funcionários. Mas o Governo,

à época, não fez o repasse, simplesmente encerrou o convênio, não pagou a rescisão, e esta dívida até hoje é arrolada. E agora o Prefeito Marchezan aceitou na Justiça uma parceria para os permissionários mais uma vez: salvam a Prefeitura, fazem o PPCI, mas o Prefeito força a vinculação com aquela dívida – que é a Prefeitura que tem que assumir –, que foi um equívoco do gestor. Ora, cada situação é uma situação. Ali no Mercado Público são oito florais; o Bará do Mercado Público é um ponto de referência dos povos de matriz africana, um ponto de culto, de lembrar, de cultivar tradições afrodescendentes, e não pode se transformar num *shopping*.

Em relação a outras PPPs, como a parceria público-privada na área de saneamento, nós temos absoluta divergência, porque o DMAE tem plenas condições técnicas de contratar serviços com qualidade, realizá-los e de buscar recursos de financiamento. Então, nós, na tese, não podemos concordar, porque na verdade nós não temos uma democratização da forma das PPPs, para onde PPPs. Não entendemos por que o Pronto Atendimento da Bom Jesus – estaremos no lá ato que a sociedade vai fazer – tem que ser entregue para a gestão privada. Não compreendemos essa razão. É um atendimento muito elogiado pela comunidade, atende a toda a Lomba do Pinheiro, toda a região leste, todo o atendimento que se faz naquela grande região carente vai “muito bem, obrigada”, com funcionários públicos próprios. Por que vai se fazer uma PPP? Não há uma discussão, não há uma democratização, não passa pelos conselhos. Então, o voto majoritário da oposição será um voto contrário por essas razões, Presidente Valter. Grata pela sua atenção. Nós, então, nos posicionamos dessa maneira, para fins de democratizar de fato e garantir o interesse público ante a iniciativa privada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver.^a Sofia. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 003/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Valter, Ver. Nedel, como V. Exas. podem verificar, o nosso Líder, Ver. Aldacir Oliboni, liberou os Vereadores da bancada para votação, e eu vou explicar um pouco mais essa situação. A questão da PPPs, regra geral, o Partido dos Trabalhadores as defendeu, tanto que o Presidente Lula as propôs. Portanto, aqui no Estado, também nós não nos opusemos e, aqui nesta Casa, inclusive, nós as

defendemos. Há, evidentemente, PPPs e PPPs, há diferenças na sua formatação. Muitas vezes, antes de você fazer uma PPP, Mauro Pinheiro, você faz uma PMI para ver a manifestação de interesse de um determinado setor. Eu, quando dirigi o Parque Assis Brasil, em 2014, Ver. Bosco, recebi das associações uma proposição de fazer uma PPP, e, antes de terminar o Governo Tarso Genro, em 2014, eu era o sub-Secretário do Parque, e, com a minha assinatura, Ver. Oliboni, foi colocada na rua a PPP do Parque Assis Brasil. Eu tenho convicção de que, dependendo das circunstâncias, é isso que tem que fazer. Lá, por exemplo, havia 141 hectares de terra; metade, praticamente, não é utilizada; praticamente o ano inteiro não é utilizada. Então, nós temos que pensar muito bem como trabalhar essas questões.

Eu sei que tem divergências, inclusive dentro do meu partido, sobre a questão do Viaduto Otávio Rocha, mas eu já sugeri antes discutir isso, inclusive com o Ver. Ricardo Gomes e com outro setor. E quero dizer que, se a gente pudesse fazer com que uma empresa que trabalha na área da construção em troca de índices fizesse uma restauração, eu não seria contra, porque não podemos deixar um patrimônio ir para o bebeléu. Essa que é a discussão.

O Secretário Bruno Vanuzzi, que está acompanhando a discussão aqui, tem debatido, conversado conosco sobre as questões das PPPs. Fui já ao encontro do Secretário e vou insistir nisso; conversei inclusive com alguns outros Vereadores, e estamos chegando a alguns denominadores comuns. Nós queremos chegar a um ponto – como eu disse para a Ver.^a Mônica Leal hoje aqui, no início da Sessão – em que a Cidade se encontre para preservar o Mercado Público, restaure o que tiver que ser restaurado e chegue a denominadores comuns.

Não foi neste Governo que começaram os problemas no Mercado Público. Eu já debati com outro Secretário aqui, porque sete pessoas desta Câmara de Vereadores já passaram pela SMIC, então aqui tem muito conhecimento acumulado, Ver. Thiago, e nós temos que chegar a um denominador comum. Não tem sentido! A Ver.^a Sofia apanhou bem essa questão, por exemplo, dos serviços. Não devia estar assim, mas isso começou lá atrás, lá atrás! O Ver. Valter foi secretário e sabe onde está o problema. Nós tivemos muitas discussões. O Ver. Dr. Goulart foi secretário, teve uma relação muito importante com o Mercado Público, reconhecida até hoje, pelo diálogo. É nesse viés, Ver. Dr. Goulart, que nós queremos trabalhar. Acho que o senhor tem que entrar mais uma vez,

como sempre fez, para dialogar com o Secretário Bruno, que está aqui presente, para ser parceiro de todos e conformar conosco essa nova gestão do Mercado Público.

Sobre a questão do estacionamento subterrâneo, quando eu entrei aqui, a primeira coisa que eu fiz foi apresentar projeto de estacionamento subterrâneo. Nós verificamos que também tem problemas técnicos, mas nós podemos ter estacionamento à noite, no final de semana, controlado por alguém, inclusive pelas permissionárias do Mercado Público, e não por flanelinhas. Colegas Vereadores, por isso nós achamos necessário fazer essa intervenção aqui. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 003/18

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Nós, do PSOL, ainda estamos esperando uma resposta do Governo de onde sairá o aumento de 4% da Receita Corrente Líquida para as PPPs. Desde a entrada deste projeto para discussão na Câmara de Vereadores, a partir do regime de urgência do Governo Marchezan, estamos falando sobre o tema das receitas. É fato que um debate ideológico se estabeleceu aqui. E nós temos ideologia; não podem dizer que nossos posicionamentos não têm coerência; nós achamos que as parcerias público-privadas são um bom negócio para as empresas privadas, porque o que o Governo faz, em um dos principais artigos dessa lei, é ampliar as garantias financeiras do Município nesse negócio, incluindo ativos financeiros, uma série de possibilidades, além do que a lei municipal determinava. E nós achamos que nessa lógica, obviamente, o Estado entra com os riscos, e as entidades privadas entram com os lucros.

Mas fiz um debate aqui – ainda espero resposta do Líder do Governo ou dos Vereadores favoráveis – sobre de onde sairão os 4% da Receita Corrente Líquida que o Prefeito diz que poderá utilizar para as parcerias público-privadas. Hoje a lei permite a utilização de 1% da receita corrente líquida, o que dá R\$ 50 milhões; se aprovada esta lei, poderá passar para R\$ 250 milhões, porque a emenda do PSOL que retirava este artigo que aumentava o percentual da receita foi rejeitada pelos Vereadores. Bom, em sendo rejeitada, queremos saber de onde sairão os R\$ 200 milhões a mais que a Prefeitura quer

usar para fazer parceria público-privada. Vai sair da assistência social? A Prefeitura vai cortar 200 CCs para financiar as parcerias público-privadas ou vai sair da folha de funcionários? Vocês não acham contraditório que, no mesmo mês que o Prefeito Marchezan e o Secretário da Fazenda dizem que poderá haver o parcelamento do salário no mês de julho, um valor maior do que é a folha de pagamento da Prefeitura esteja sendo destinado imediatamente para as parcerias público-privadas? No mínimo, a possibilidade.

Como eu não acredito em política sem intenção, se o Governo está prevendo ampliar receita que será destinada à despesa, que será usada para as PPPs, é óbvio que tem a intenção de usar esses recursos. Mas, afinal de contas, de onde o Governo vai tirar esse dinheiro? Para financiar quais obras? É preciso ter lógica na argumentação e na defesa daquilo que se pretende. Eu vejo uma discussão em abstrato, o projeto do DMAE, por exemplo, que nós falamos que é o início da privatização do Departamento Municipal de Águas e Esgotos, é um projeto que tem um objetivo claro, que é começar a venda de um patrimônio que é superavitário e que garante uma série de direitos para a população de Porto Alegre. Bom, essa questão das PPPs é uma carta de intenções.

Então, quero encaminhar, obviamente, contrária ao projeto. Nós não vamos abstrair que com este projeto está se fazendo um verdadeiro absurdo, vai se gastar o dobro do que se gasta com a assistência social em parceria público-privada, quase o quádruplo do que se gasta com segurança pública no Município, com parceria público-privada, isso pegando o DEMHAB, que é o dobro também, porque passa a R\$ 250 milhões, 5% da receita corrente líquida. Então, eu deixo aqui a pergunta para a bancada do Governo: que diga ao povo de Porto Alegre de onde pretende tirar esses recursos para colocar nas parcerias público-privadas. E já encaminho o nosso voto contrário.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.ª Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLE nº 003/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**; 7 votos **NÃO**.

Aprego a Emenda nº 09, de autoria da bancada do PT, ao PLCE nº 010/18.

Vereador Dr. Thiago (DEM) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Dr. Thiago. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em discussão o PLE nº 005/18. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Sr. Presidente, acho que é importante darmos uma olhada nesse projeto. O Ver. Reginaldo Pujol, no ano passado, quando votamos esse projeto, caracterizou-o como calote oficializado. Se não me engano, Ver. Pujol. Na verdade, o Executivo está reabrindo prazo ou estendendo prazo até 31 de dezembro de 2018 para quem não recebeu ainda por obras, serviços, enfim, despesas que efetuou, trabalhos que efetuou até 31 de dezembro de 2016: “I – seja referente a bens, obras ou serviços fornecidos, locados, executados ou prestados até 31 de dezembro de 2016; II – tenha sido firmado contrato, convênio ou outro ajuste previamente com a Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional”.

O que o Governo diz? Que 127 pessoas jurídicas aderiram ao programa daquele ano, e estima-se que 79 não conseguiram ingressar com pedido de requerimento até a data aprazada na lei. A ideia é de que o governo abra novo período para que quem não recebeu venha a receber de forma parcelada em 10 vezes, etc. Eu procuro no projeto aqui, Presidente, anexo, ordem de serviço, porque na época, Ver.^a Fernanda, Ver. Alex, nós sabíamos que entravam, inclusive, os artistas, técnicos, obras de arte que tivessem sido contratadas, serviços, inclusive o Fumproarte estava aqui neste escalonamento para pagamento, um escalonamento bastante baixo: “Categoria 1, com valor consolidado a receber igual ou superior a R\$ 8.000,01 a R\$ 15 mil”. Gente, será possível o Município ainda dever a prestadores de serviços que fizeram serviços até R\$ 15 mil, Ver. Oliboni?

Não é possível em 2016! Sinceramente, isso demonstra para mim ou uma desorganização ou procrastinação, porque, com certeza, todos eles solicitaram para receber, não aderiram a um plano, ou então é chantagem. As pessoas querem receber, precisam receber, prestaram serviços, mas, como não aderiram ao plano, então, não recebem, não receberam. São dívidas de 2016 para trás. Tem uma categoria de até R\$ 300 mil.

Sobre isso, eu estranhei que não veio uma previsão, Ver. Márcio Bins Ely, do que deve o Município aos funcionários municipais pelos atrasos de pagamento do ano passado. Em alguns momentos o Governo falou que faria previsão da recuperação das perdas por conta dos parcelamentos, inclusive do 13º salário. Não tem essa previsão aqui, não há um ajuste proposto para o funcionalismo. Há um reconhecimento formal de dívidas. Eu não consigo imaginar que quem prestou serviço para receber de R\$ 15 mil a R\$ 40 mil, em 2016, até agora não foi pago. Precisa aderir para receber parcelado? Será que é essa a situação, quando a Prefeitura fechou o ano com quase R\$ 170 milhões de superávit, que é o anunciado no balanço oficial, assinado pelo Prefeito? Está divulgado, e ele ainda mantém dívidas dessa monta, pequenas como essas, anteriores a 2016. Parece-me que deveria ser algo bem mais agilizado do que forçar uma adesão a um parcelamento de não sei quantas vezes, algo que já perdeu tanto valor. Então, eu gostaria de uma explicação mais concreta do Município, do Líder, da representação do Governo. Encerro dizendo que não há nenhuma análise da CEFOR que pudesse aqui trazer uma explicação melhor para esse instrumento.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLE nº 005/18.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Lembro bem quando votamos um projeto de teor muito parecido no ano de 2017. Embora o teor fosse parecido, nos pareceu que, de fato, por um lado, poderia significar uma legalização dos calotes, e, segundo, não tendo claro inclusive a questão do escalonamento e a retirada de empresas sob investigação no Município de Porto Alegre. Nós sabemos que muitos serviços que estão calculados nesse montante de atraso são serviços feitos no ano de 2016, quando

pairam investigações inclusive envolvendo o DEP, as obras passadas ao DEP e a ausência de fiscalização dessa terceirização e desse dinheiro que se estima tenha ido para o ralo da corrupção. Se eu não me engano, Ver. Prof. Alex Fraga, até a investigação ser conduzida pelos órgãos, Ministério Público e Polícia Civil, estava próximo dos R\$ 10 milhões. Inclusive o Ver. Roberto Robaina requereu uma CPI, e a Câmara não cumpriu a sua obrigação, não instalando essa comissão parlamentar de inquérito. Até hoje nós não sabemos quanto desse recurso foi devolvido para os órgãos públicos, se é que foi.

Mas mais grave do que isso é sobre o questionamento que eu fiz à época, que também não foi respondido, se empresas que teoricamente prestaram serviço em 2016, mas estão *sub judice* esses serviços prestados, estão previstas nesse projeto. Porque deveria haver uma cláusula suspendendo o pagamento de empresas que se tem dúvida se realizaram o serviço. No caso do DEP, havia ruas onde havia 30 bueiros, e eles diziam que tinham desentupido 100. E o Poder Público pagou! E 2016? Que está previsto o pagamento de dívidas de 2016, de 2017. Vou ler o art. 2º (Lê.): “Art. 2º - Fica a Administração Pública Direta e Indireta autorizada a emitir notas de empenho referentes aos exercícios financeiros de 2013 a 2016, a liquidar as despesas e a efetuar pagamentos correspondentes, conforme programação orçamentária e disponibilidade financeira.” É mais grave ainda! Foi no auge dessa investigação do DEP. No caso da FASC, a maior parte da investigação – é claro que também tem algum peso a terceirização – é a locação escandalosa de uma casa por quase o dobro do valor de mercado para cargos em comissão vinculados ao Partido Progressista na época. E aí tinha essa investigação, que segue, acho que não se aplicaria aqui. Então, de 2013 a 2016, acho que precisaria haver esse corte, que as empresas sob investigação não estejam priorizadas. Aliás, nem sejam. Segundo, é reconhecer e legalizar o calote dos pequenos. A Ver.^a Sofia Cavedon deu o exemplo do Fumproarte. Gente, os artistas ganharam esse edital, fizeram, montaram seus espetáculos, cumpriram as contrapartidas públicas, que são as apresentações de graça para o povo da Cidade, corretamente, porque é uma forma de estimular a arte e, por outro lado, estimular que as pessoas tenham acesso à arte, mas até agora não receberam. E aqui se está legalizando que se vai fazer um calendário para começar a pagar a partir de novembro de 2018. Deixem-me ver o artigo que fala das datas de pagamento: Art. 5º, inciso I, até novembro de 2018, se enquadrados na Categoria 1. Quando nós nos reunimos com o Secretário cobrando a questão dos valores do Fumproarte, o Secretário

falou que todas as dívidas até R\$ 8 mil seriam pagas em 2017. E aparentemente não foram. Está se legalizando que se comece a pagar, a partir de novembro de 2018, esses pequenos valores! Pessoas que vivem da arte, enfim, que já têm dificuldade no sentido de que a arte precisa ser estimulada, até agora não receberam. Já produziram, já apresentaram, já gastaram e até agora não receberam os valores da Prefeitura. Em até 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo a primeira delas com vencimento em janeiro de 2019, se enquadrados na Categoria 2. E, na Categoria 2, o projeto fala em valor consolidado a receber igual ou superior a R\$ 15.000,01 até R\$ 50.000,00. O projeto determina 12 parcelas a partir de janeiro de 2019. Dívidas referentes a 2013 a 2016. A terceira, então, 18 parcelas.

Então eu acho que, para essas coisas, têm que se atentar. Além do que não veio o escalonamento, como foi cobrado pela Ver.^a Sofia Cavedon, da questão; enfim, se abarca esses do Fumproarte, se abarca, por exemplo, o caso gravíssimo dos catadores e recicladores, que o Município está devendo, que eles prestaram contas. Tinha galpão funcionando no escuro. Galpão de reciclagem funcionando no escuro! E a Prefeitura não pagava o repasse de verbas mensais de R\$ 2.500 para servidores que fazem um serviço da prática gratuita, porque a Prefeitura sequer paga salários. O salário é a partir da venda desse material reciclável. Então isso é muito grave, e eu trago essas perguntas ao Governo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver.^a Fernanda Melchionna. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 005/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Eu já fiz uma provocação no início da tarde, porque vejo uma certa apatia de alguns segmentos, de alguns Vereadores, de partidos políticos nesta Casa, nessa segunda-feira, 9 de julho. Onde estão os Vereadores que sustentavam a gestão passada? Vamos lá, onde estão? Aqui está claramente colocado que a dívida é da gestão passada. O Prefeito está dizendo a verdade ou não? Onde estão as bancadas que sustentaram o Governo passado? Não falam! Nós, no ano passado, aprovamos um ajuste de contas, pagamento parcelado. O Governo pede um novo parcelamento, um novo *modus operandi* de resolver o problema da dívida, que são R\$ 230 milhões com

fornecedores da Prefeitura. Já que o pessoal que apoiava o Governo passado está quieto, não está falando, vou perguntar ao Governo atual, ao seu Líder, Ver. Moisés: se nós aprovarmos isso, como fica a questão dos catadores? Teve uma reunião, esses dias, aqui. Vamos resolver? Esses são a ponta pequena, eles são os que precisam, eles que têm necessidade. Se V. Exa. chegar aqui e disser claramente que é uma prioridade os catadores, porque eles precisam, que os atrasos para alguns outros fornecedores, para algumas outras instituições que prestam serviços, etc, vai ser feito, bom, muda de figura.

Eu não tenho nenhum problema, votei no projeto do ano passado, estou disposto a votar nesse aqui. Não tem sentido, o Prefeito não acumula, ele desacumula ao ir para a imprensa cobrar coerência do PT. Nós já aprovamos quantos projetos aqui que ajudam o Governo? O Cadin... Ainda bem que Djedah está atento, anota tudo, está com o computador. Tem de avisar o Governo, a bancada aqui não está para atrapalhar, ela está para ajudar a Cidade. Está sendo gravado, eu vou dizer: nós queremos ajudar. Agora, a Prefeitura também precisa se ajudar. Moisés e Mauro, por favor, vamos resolver o problema. É simbólico! A Câmara ajudou, nós vamos poder renegociar, vamos chamar o pessoal para vir para a negociação, mas vamos pegar um negócio simbólico: dado a circunstância que a Câmara aprovou o projeto, temos fôlego, podemos negociar com os fornecedores, nós vamos saldar uma dívida social com os catadores, com os galpões de reciclagem. Gente, se nós não tivéssemos os galpões de reciclagem, imaginem a situação em que estaríamos. Já temos miserabilidade, Alex, seria miserabilidade decuplicada. Essa é a realidade.

Senhoras e senhores, mais uma vez eu apelo. O Ver. Ferronato estava aqui provocando quem sustentou o Governo passado para explicar as dívidas, e este Governo eu provoquei agora. À dupla aqui na minha frente, Moisés e Mauro: vamos resolver esse problema desta maneira? Gostaria de ouvi-los, gostaria de sentir essa vontade, essa determinação que eu dialogava com a Ver.^a Mônica antes, de que quem sabe criamos um movimento de ponte de chegada para atravessar esse mar revolto de dificuldades. Mas tem que ter boa vontade todo mundo, se um cede, o outro tem que ceder, não é isso que a gente aprende? Ver. Paulinho Motorista, dentro de um ônibus lotado, se ninguém ceder, ninguém entra; se ninguém ceder, ninguém sai. Essa é a realidade, e nós temos que olhar a realidade como ela é, porque não é como dizia Descartes: "Penso, logo existo". Pelo

contrário, eu existo porque penso, eu penso assim porque quero ajudar a Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 005/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Subo à tribuna neste período de discussão para falar a respeito do projeto de lei que dispõe sobre o reconhecimento de dívidas da gestão passada da nossa Cidade, de certa forma, um pouco instigado pela manifestação dos colegas que me antecederam. No princípio, analisando esse projeto, ele me pareceu um tanto quanto coercitivo, porque, de certa forma, há alguns dispositivos que determinam que ou o credor adere ou não recebe. Isso é terrível. Eu conheço alguns empresários desta Cidade, inclusive, uma grande amiga, Alzira Costa, que teve que fechar o seu negócio porque era fornecedora de equipamentos laboratoriais para o Governo, não o governo da Cidade, mas o Governo Estadual, mas a lógica é a mesma, que não recebia pelos equipamentos que fornecia. E isso levou a empresa à falência. Isso é terrível, fechando postos de trabalho, inclusive, eles se mudaram de Porto Alegre, ela e a família.

O que nós estamos vendo aqui, na verdade, é um projeto que pode acarretar grandes injustiças. Eu não estou defendendo que a Prefeitura arque com as despesas da gestão anterior de forma integral, mas este governo está aqui há um ano e meio e, se não concorda com as dívidas da gestão anterior, deveria fazer uma devassa, passar um pente fino em todos os contratos que foram firmados e verificar se o trabalho foi ou não prestado à nossa Cidade. A Ver.^a Fernanda subiu aqui e citou como exemplo o serviço de contratação para a desobstrução de bocas de lobo, que gerou uma roubalheira monstruosa na cidade de Porto Alegre. Ruas, com poucas dezenas de bueiros, tiveram pagamento para centena, são quase 120 bueiros que a empresa terceirizada disse que desobstruiu, e a Prefeitura assumiu a dívida. Isso é inadmissível.

A Ver.^a Fernanda também citou o exemplo da FASC, mas esqueceu de mencionar – por isto eu subo à tribuna – a questão da empresa que firmou contrato com a Prefeitura de Porto Alegre com a FASC, especificamente, para oferecer o serviço de enfermagem aos

abrigos das nossas crianças e jovens. Não havia enfermeiros nesses abrigos, ou seja, é um serviço que deveria estar sendo prestado a uma população extremamente vulnerável – crianças e jovens abrigados – e que não estava sendo prestado, mesmo assim a Prefeitura assume essa dívida e quita um trabalho que não foi entregue. Portanto, há, sim, a necessidade de passar um pente fino em todas essas dívidas. A Prefeitura teve um ano e meio para fazer isso e não fez. O que é isso? Como as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores classificam isso?

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): A Ver.^a Sofia arrisca um palpite de que é desorganização! Eu talvez diga que é incompetência administrativa – incompetência administrativa! Se não concorda com uma dívida, que faça uma análise, que audite essa dívida, que analise os valores empenhados, compare com o serviço que foi prestado e, se o serviço não foi prestado, não paga, questiona a dívida. Agora, dar calote em quem pode ter prestado o serviço de forma digna, como estabelecia o contrato, é inaceitável. Não dá para aceitar calote. Algumas pessoas que encham a boca para falar sobre os atos e feitos das chamadas pessoas de bem não podem admitir que um calote seja implementado no mais, trazendo dificuldades para as pessoas que firmaram um contrato, prestaram o serviço, ofereceram aquilo que estava pré-determinado nas cláusulas contratuais; agora elas não vão receber? Agora ficarão a ver navios, tendo sua saúde financeira comprometida? Isso, senhoras e senhores, é bastante temerário.

Portanto, eu vejo esse projeto com muito ceticismo, não gosto dessa questão impositiva “ou adere, ou não recebe”, e um dos dispositivos é sobre quem judicializar a cobrança, que perderá a capacidade de receber pelos serviços prestados. Isso é inadmissível, isso é imoral, desculpem-me os termos pesados, mas não dá para aceitar. Muito obrigado, continuaremos as discussões.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereador.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria da Sofia Cavedon, solicitando que sejam votadas em destaque a Mensagem Retificativa nº 01, a Emenda nº 01 e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLE nº 005/18.

Vereadora Fernanda Melchionna (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLE nº 005/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 23 votos **SIM**; 6 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 005/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 29 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 01 ao PLE nº 005/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 29 votos **SIM**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLE nº 005/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**; 5 votos **NÃO**.

Vereador Prof. Alex Fraga (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Prof. Alex. Fraga. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezesseis Vereadores presentes. Não há quórum.
(18h01min) Encerrada a Ordem do Dia.

Vereador João Bosco Vaz (PDT) (Requerimento): Sr. Presidente, a solicito a transferência do período de Comunicações de hoje para a próxima Sessão.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade dos Vereadores Ricardo Gomes, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza e Felipe Camozzato.

Passamos à

PAUTA

Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta. Quero saudar as presenças dos Secretários Ramiro Rosário, Leonardo Busatto, Bruno, que esteve até há pouco aqui. Agradeço aos Vereadores, às nossas colegas da Taquigrafia, à imprensa, à Diretoria Legislativa, ao som, à segurança, à copa, enfim, a todas as assessorias.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h04min.)